PLANO ESTRATÉGICO DA SEI

2024 2027







GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI)

DIRETORIA-GERAL (DIGER)

JOSÉ ACÁCIO DE ALMEIDA FERREIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (COAFI)

TATIANE RAMOS COIMBRA LOU

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO (COBI)

ELIANA MARTA GOMES SILVA SOUSA

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CODIN)

MARÍLIA CAVALCANTE REIS

COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA (COINF)

IGOR ROBERTO CAMPOS BRANDÃO

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS (DIGEO)

CLAUDIO EMÍLIO PELOSI LARANJEIRA

COORDENAÇÃO DE CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO (CARTGEO)

FÁBIO LIMA SAMPAIO

COORDENAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS (CRNA)

ANDERSON GOMES DE OLIVEIRA

DIRETORIA DE PESQUISAS (DIPEQ)

RODRIGO BARBOSA DE CERQUEIRA

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS (COPES)

LUCIGLEIDE NERY NACIMENTO

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SISTEMÁTICAS E ESPECIAIS (COPESE)

SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIOPOPULACIONAIS (COPESP)

JACKSON SANTOS DA CONCEIÇÃO

DIRETORIA DE ESTUDOS (DIREST)

EDGARD PORTO RAMOS

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (COESE)

ELETICE RANGEL SANTOS

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA (DISTAT)

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL (CAC)

ARTHUR SOUZA CRUZ

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA (COEST)

URANDI ROBERTO PAIVA FREITAS

COORDENAÇÃO DE CONTAS REGIONAIS E FINANÇAS PÚBLICAS (COREF)

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

UNIDADE RESPONSÁVEL

ASSESSORIA TÉCNICA

MARCELO NUNES DOURADO ROCHA THAIANA ASSIS SANTOS

WALTER VIANNA FILHO



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
DIRETORIA-GERAL





SALVADOR, DEZEMBRO DE 2023





PLANO ESTRATÉGICO DA SEI 2024-2027

Apresenta o Plano Estratégico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia para o período de 2024-2027 (PEO/SEI 2024-2027), aprovado pelo Conselho de Administração da SEI em 27 de setembro de 2023, contemplando a estratégia institucional para o período.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SEI

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO, RANIERI MURICY BARRETO, JOSÉ ACÁCIO DE ALMEIDA FERREIRA, AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR, FREDERICO GUNNAR DURR, ANDRÉ LUIZ FERREIRA URPIA, ANA CRISTINA SOUZA REIS DO NASCIMENTO

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (GDO)

(PORTARIA NO 27/2021)

ADRIANO NASCIMENTO MASCARENHAS, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA VIANNA, ANTONIEL PINHEIRO DE BARROS, SILVÂNIA FERREIRA CONCEIÇÃO

GRUPO DE TRABALHO - TECNOLOGIA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEI

(PORTARIA NO 28/2021)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

MARCELO NUNES DOURADO ROCHA

PRODUÇÃO EDITORIAL

EDITORIA-GERAL

ELISABETE CRISTINA TEIXEIRA BARRETTO GUANAIS

EDITORIA DE ARTE

LUDMILA NAGAMATSU DIAS

NORMALIZAÇÃO

ELIANA MARTA GOMES DA SILVA SOUSA, PATRÍCIA FERNANDA ASSIS DA SILVA

REVISÃO DE LINGUAGEM

2DESIGNERS

PROJETO GRÁFICO

JULIO VILELA, VINÍCIUS LUZ

DIAGRAMAÇÃO

VINÍCIUS LUZ

Plano Estratégico da SEI 2024-2027 / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - Salvador : SEI, 2023.

102 p.

1. Projetos estratégicos. 2. Evolução da empresa. 3. Desenvolvimento econômico - Bahia. 4. Desenvolvimento social - Bahia Título

CDU 65.016(813.8)

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI)

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador, BA, CEP 41.745-002.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	9
Breve histórico do planejamento recente da SEI	9
CADEIA DE VALOR DA SEI	12
ANÁLISE AMBIENTAL	17
REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA SEI 2024-2027	19
MAPA ESTRATÉGICO 2024-2027	21
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: DESCRIÇÃO	23
PROJETOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS	26
Portfólio de projetos estratégicos da SEI	26
Painel de Indicadores e Metas da SEI	52
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE I - DEFINIÇÃO DE MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA	
E DE SUPORTE DA SEI	61
Macroprocessos de governança da SEI (7)	61
Macroprocessos de suporte da SEI (5)	72
APÊNDICE II - ANÁLISE EXTERNA E INTERNA DA SEI	79













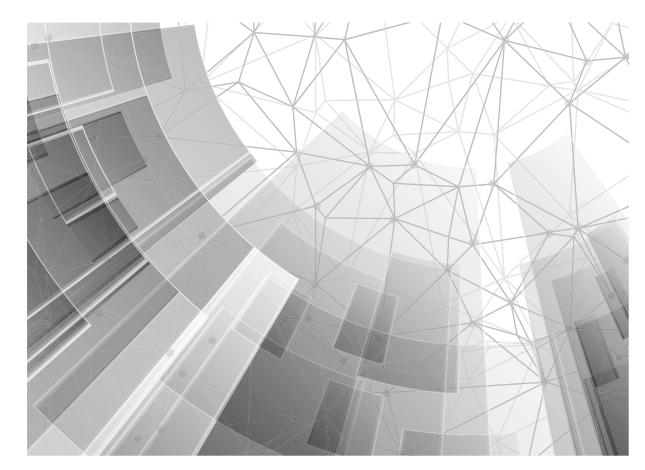


Apresentação

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), reconhecida como uma instituição referência no fornecimento de informações científicas e análises sobre a sociedade baiana, alegra-se em apresentar seu Plano Estratégico Organizacional para o período de 2024 a 2027.

Nesse cenário dinâmico e desafiador, marcado por transformações tecnológicas, mudanças sociais e uma economia global em constante evolução, a SEI está comprometida em atender às demandas crescentes de informações econômicas e sociais confiáveis e atualizadas, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas tanto no setor público quanto no privado.

O objetivo deste plano é fornecer uma visão clara dos caminhos que a SEI irá percorrer nos próximos quatro anos, identificando as prioridades estratégicas que nortearão nossas ações e iniciativas. Estamos empenhados em aprimorar continuamente nossas capacidades de pesquisa, análise e disseminação de informações, visando contribuir de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia.

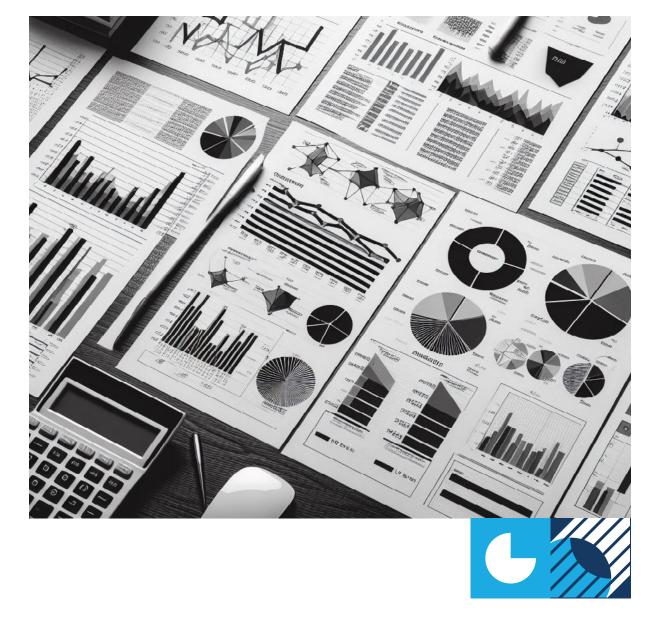












Ao longo deste período, concentraremos nossos esforços em cinco pilares estratégicos principais:

EXCELÊNCIA NA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A SEI continuará aprimorando seus métodos de coleta, análise e apresentação de dados econômicos e sociais, utilizando tecnologias avançadas e metodologias inovadoras. Buscaremos promover a qualidade e a confiabilidade de nossos produtos e serviços, garantindo que sejam acessíveis e compreensíveis para diversos públicos.

2. GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Este pilar se concentra na melhoria dos processos internos, na transparência e na responsabilidade organizacional. Pretendemos estabelecer um modelo de governança ágil e eficiente para orientar nossas operações e tomar decisões de maneira mais informada.







3. PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Reconhecemos a importância de estabelecer parcerias sólidas com outras instituições, tanto no âmbito estadual quanto nacional e internacional. Buscaremos fortalecer nossas alianças e colaborações, visando a troca de conhecimentos, à coprodução de estudos e ao compartilhamento de boas práticas para ampliar o alcance e o impacto de nossas atividades.

INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Estaremos empenhados em abraçar as oportunidades oferecidas pela transformação digital. Investiremos em governança digital e inovação com dados, utilizando tecnologias emergentes como análise de *big data*, inteligência artificial e automação de processos, a fim de agilizar nossas operações, melhorar a precisão das análises e promover a inovação em nossos produtos, processos e serviços.

5. SOCIEDADE

Reconhecemos a importância de uma comunicação efetiva e de uma interação mais próxima com a sociedade. Buscaremos fortalecer nosso relacionamento com diversos públicos, promovendo a transparência, o diálogo e a participação ativa da sociedade no processo de produção e uso das informações econômicas e sociais.

Ao implementar essas estratégias, a SEI está comprometida em fornecer informações confiáveis, relevantes e oportunas que sirvam de subsídio para o planejamento e a formulação de políticas públicas, além de contribuir para a tomada de decisões estratégicas do setor empresarial.



Para alcançar os objetivos estabelecidos, a SEI adotará uma abordagem orientada para resultados, baseada em uma gestão eficiente e na adoção de práticas de monitoramento e avaliação contínuos. Serão implementados indicadores de desempenho que nos permitirão medir o progresso em relação às metas estabelecidas, identificar áreas de melhoria e realizar ajustes estratégicos conforme o necessário.

Além disso, investiremos no desenvolvimento de nossa equipe, reconhecendo que nosso capital humano é um ativo essencial para alcançar nossos objetivos estratégicos. Promoveremos capacitações, estimularemos a criatividade e a inovação, incentivaremos o trabalho em equipe e valorizaremos a diversidade de pensamentos e perspectivas. Acreditamos que a excelência só poderá ser alcançada por meio do comprometimento e da valorização de nossos colaboradores.

Este Plano Estratégico também se alinha com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo governo do estado da Bahia, bem como com as metas de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Buscaremos contribuir para a promoção de uma economia inclusiva, com redução das desigualdades sociais, preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável em todas as nossas atividades.

Por fim, gostaríamos de expressar nosso agradecimento a todos os parceiros e colaboradores que têm trabalhado com a SEI ao longo dos anos. Seu envolvimento e apoio contínuos são fundamentais para o sucesso de nossas iniciativas. Juntos, enfrentaremos os desafios e aproveitaremos as oportunidades que surgirem, mantendo nosso compromisso de fornecer informações econômicas e sociais de qualidade e relevância para a Bahia.

Avancemos juntos nesta jornada, com determinação e comprometimento, para construir um futuro próspero, inclusivo e sustentável para todos os baianos.

José Acácio de Almeida Ferreira

Diretor-geral da SEI









INTRODUÇÃO

O planejamento estratégico é uma iniciativa vital para orientar a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em sua missão de fornecer informações econômicas e sociais de alta qualidade para apoiar o desenvolvimento da Bahia. Este Plano Estratégico Organizacional define os objetivos, metas e estratégias que guiarão as atividades da SEI no período de 2024 a 2027.

Breve histórico do planejamento recente da SEI

Em outubro de 2021, a SEI celebrou um Termo de Compromisso (TC nº 06/2021) com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) com vistas ao aperfeiçoamento da gestão organizacional através da implementação da tecnologia de gestão de planejamento estratégico e gerenciamento de projetos.

Conforme estabelecido no TC, caso a SEI não possuísse Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) ou congênere na sua estrutura, deveria publicar portaria constituindo unidade de gestão organizacional e designando servidores com perfis indicados pela Coordenação de Disseminação de Soluções em Gestão (CDSG/SAEB), sendo este ato imprescindível para o aporte da tecnologia de gestão.

Devido à ausência de APG ou congênere na sua estrutura organizacional, a SEI publicou a Portaria n° 27 (SEI, 2021a), onde constituiu o Grupo de Desenvolvimento Organizacional (GDO) com o objetivo de coordenar ações de implementação de práticas de gestão estratégica organizacional no âmbito da SEI e promover o seu gerenciamento com foco nos resultados institucionais. Na mesma direção, publicou a Portaria n° 28 (SEI, 2021b), que constituiu um grupo de trabalho composto por representantes de todas as unidades administrativas da autarquia, com a finalidade de construir e validar os produtos inerentes ao Plano Estratégico da SEI.

Ao longo do ano de 2022, foram realizadas oficinas de trabalho, sob os auspícios da Rede de Consultores Internos da SAEB (RCI/SAEB), visando à construção do Plano Estratégico Organizacional da SEI para o período de 2024 a 2027 (PEO/SEI 2024-2027).

Paralelamente, a SEI tratou de sistematizar um conjunto de projetos estratégicos finalísticos que foram reunidos no **Caderno executivo de projetos da SEI 2022-2023** (SEI, 2022), constituindo-se em valioso subsídio para o planejamento das ações da autarquia.



Em dezembro de 2022, foi realizada a entrega do relatório de atividades do Planejamento Estratégico Organizacional e Gestão de Projetos (GP), produzido pela SAEB (Bahia, 2022), contemplando um conjunto de produtos do planejamento estratégico da SEI, dentre eles: Mapa de negócio; Lacuna de valor; Missão valores e visão; Objetivos estratégicos; Mapa estratégico; Portfólio de projetos; Metas e indicadores.

Ainda em dezembro de 2022, dando sequência ao ciclo de planejamento da SEI, a assessoria técnica, em parceria com o GDO, iniciou a elaboração do Plano de Trabalho Anual da SEI para o ano de 2023 (PTA/SEI 2023). A partir da revisão das edições anteriores do planejamento operativo anual da SEI, a assessoria técnica estabeleceu nova metodologia e instrumento de produção de dados, buscando, de um lado, maior alinhamento com o Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica do Estado da Bahia (Sepege) (Bahia, 2021a, 2021b) e, de outro lado, incorporar conceitos e propostas do Planejamento Estratégico Situacional (PES) (Matus, 2000), tais como: a) o sistema de conformação da agenda, visando ao manejo do foco e da atenção do dirigente; b) a gerência por operações, com ênfase na ação criativa e descentralizada; e c) um sistema de monitoramento e prestação de contas baseado na flexibilidade gerencial e na avaliação de desempenho.

Concomitantemente, a SEI foi alçada à condição de Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), porquanto teve sua finalidade alterada quando da publicação da Lei no 14.521, de 15 de dezembro de 2022, que modificou a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo estadual (Bahia, 2022).

Em março de 2023, considerando a necessidade de adequação dos instrumentos de planejamento da SEI à sua nova condição de ICT, teve início a revisão e adequação do PEO/SEI 2024-2027. Assim, entre março e agosto de 2023, o PEO/SEI 2024-2027 foi revisado, complementado e atualizado em torno dos cinco pilares estratégicos definidos pela alta administração da SEI. Além disso, buscou-se o alinhamento estratégico com os eixos do Programa de Governo Participativo – PGP 2022, com os compromissos e metas do Plano Plurianual – PPA 2024-2027 e com os eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia – PDI 2035.

A construção da versão atual do PEO/SEI 2024-2027 utilizou como referencial metodológico o Guia Técnico de Gestão Estratégica, elaborado pela Secretaria de Gestão (Seges) do Ministério da Economia (Brasil, 2020), e foi desenvolvido em seis etapas:

- 1. Construção da cadeia de valor,
- 2. Realização da análise ambiental;
- 3. Definição da missão, visão e valores institucionais;
- 4. Construção do mapa estratégico;



- 5. Construção do portfólio de projetos e entregas;
- 6. Construção do painel de indicadores e metas.

O presente documento consolida os aprendizados que vêm sendo incorporados ao planejamento e à gestão estratégica da SEI para a articulação dos meios necessários visando à garantia do cumprimento das metas definidas para os compromissos do PPA 2024-2027 e o alcance dos resultados pretendidos, possibilitando o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos públicos. No que segue, serão apresentadas a cadeia de valor, a análise ambiental, os referenciais estratégicos, o mapa estratégico, os objetivos estratégicos, o painel de projetos estratégicos e o painel de indicadores e metas da SEI.



CADEIA DE VALOR DA SEI

A **cadeia de valor** da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) representa o conjunto de funções interligadas e estrategicamente alinhadas que a instituição realiza para cumprir sua missão e para entrega de valor público à sociedade e ao governo do estado da Bahia (Figura 1).

A construção da **cadeia de valor** da SEI foi realizada tomando como referência geral o modelo proposto pelo governo federal no *Guia técnico de gestão estratégica* (Brasil, 2020)¹, que utiliza o conceito de função, isto é, um conjunto de atividades com características e objetivos semelhantes que podem ser agrupadas em três categorias maiores: funções finalísticas, funções de governança e funções de suporte.

As **funções ou macroprocessos finalísticos**² correspondem a uma ampla sequência de atividades, procedimentos e ações que estão diretamente relacionadas com a missão principal e os objetivos centrais da SEI. Esses macroprocessos formam a espinha dorsal das operações da instituição, representando as atividades principais que direcionam suas ações rumo ao cumprimento de sua finalidade.

São quatro as funções finalísticas declaradas na cadeia de valor da SEI:

- Realização de pesquisas e estudos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da Bahia;
- Gestão de informações estatísticas e geográficas da Bahia;
- Divulgação e gestão de informações técnico-científicas da Bahia;
- Assessoramento governamental.

Os **estudos estratégicos** se referem a análises aprofundadas e planejamento estratégico que visam identificar oportunidades, desafios e diretrizes para impulsionar o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população do estado. Esses estudos são fundamentais para orientar políticas públicas, investimentos e ações que promovam um desenvolvimento sustentável e equitativo.

A **gestão de informações estatísticas** é um processo estratégico que envolve a produção, coleta, organização, análise, interpretação, disseminação e uso de dados estatísticos com o objetivo de informar a tomada de decisões, subsidiar políticas públicas, avaliar tendências, medir o desempenho e compreender fenômenos sociais, econômicos e demográficos.

¹ Além do referido guia, buscou-se analisar a cadeia da valor de outros órgãos e entidades da administração pública, como por exemplo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

^{2 &}quot;Em organizações públicas, essas atividades estão relacionadas à área de atuação, às competências legais e aos mandatos políticos das organizações, que determinam os programas, projetos e processos que geram os resultados sociais desejados e criam valor público para seus clientes, usuários e beneficiários" (Brasil, 2020, p. 18).

A **gestão de informações geográficas** é o conjunto de estratégias, processos e ações que visam à produção, sistematização, armazenamento, utilização e disponibilização de dados e informações cartográficas de referências e temáticas, socioeconômicas, de recursos naturais e ambientais, de regionalização, de infraestrutura, de limites territoriais, dentre outras.

As **funções ou macroprocessos de governança**³ são as estruturas e fluxos de trabalho que orientam a gestão, supervisão e direção da SEI, garantindo que ela opere de acordo com princípios éticos, legais, regulatórios e alinhados aos objetivos estratégicos. Esses macroprocessos estabelecem as diretrizes para a tomada de decisões, a definição de políticas, o monitoramento de desempenho e a responsabilização.

Os macroprocessos de governança da SEI foram organizados em torno de sete macrofunções:

1. Comunicação e relações institucionais

Gestão da comunicação institucional; Gestão da comunicação interna; Gestão de redes sociais; Gestão das relações institucionais nacionais e internacionais; Gestão de relações parlamentares e Prospecção de recursos financeiros;

2. Planejamento, orçamento e modernização organizacional

Gestão do planejamento estratégico; Gestão orçamentária; Modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções; Gestão da estrutura de governança;

3. Gestão estratégica

Gestão do portfólio de produtos e serviços; Gestão do portfólio de projetos e processos; Gestão de riscos; Monitoramento e avaliação da estratégia;

4. Transformação digital e inovação

Governança digital; Gestão da transformação digital (estratégia, maturidade digital, plataformas e APIs, tecnologias emergentes); Gestão da inovação com dados (inteligência artificial, análise de dados, dados abertos e compartilhados, governança de dados); Gestão do portfólio de inovação;

5. Participação e controle social

Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; Gestão da transparência ativa; Acesso à informação; Gestão de dados abertos;

6. Controle interno

Gestão de auditorias e fiscalizações; Corregedoria administrativa; Gestão da integridade e da ética pública; Ouvidoria;

³ Os macroprocessos de governança impactam diretamente a legitimidade das organizações públicas e compreendem: "[...] decisões sobre as diretrizes, normas, planos, programas, estruturas, serviços, processos, procedimentos e recursos para realizar as atividades da organização. Também considera os interesses, as necessidades e os direitos das partes interessadas e da sociedade e regula as interações entre elas e o governo" (Brasil, 2020, p. 18-19).



7. Assessoria técnica

Assessoramento técnico; Análise e instrução processual para celebração de contratos administrativos; Gestão de contratos e convênios/Acordos de cooperação técnica; Análise e instrução processual visando à solução de litígios administrativos.

As **funções ou macroprocessos de suporte**⁴ são as atividades que fornecem apoio e recursos para os macroprocessos finalísticos e de governança, isto é, são as atividades e fluxos de trabalho que fornecem o apoio necessário para que os processos principais ou finalísticos de uma organização possam ser realizados de forma eficiente e eficaz.

Os macroprocessos de suporte da SEI foram organizados em torno de cinco macro funções:

1. Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Governança de TIC; Contratação de bens e serviços de TIC; Desenvolvimento de sistemas de informação e automatização de processos; Gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC; Suporte técnico, operacional e serviços de TIC;

2. Gestão do conhecimento

Gestão da memória institucional; Gestão documental; Gestão de dados; Gestão do conhecimento; Gestão da segurança da informação e das comunicações;

3. Gestão de pessoas

Planejar a necessidade de pessoal; Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; Gerenciar o desempenho de pessoas; Desenvolver pessoas; Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho; Administrar sistemas de informação de pessoal;

4. Gestão da logística pública e infraestrutura

Planejamento das aquisições e contratações; Gestão da aquisição de bens e serviços; Gestão de serviços internos e de infraestrutura; Gestão logística de suprimentos e materiais; Gestão de bens e patrimônio;

5. Gestão financeira, contábil e de custos

Programação financeira; Gestão financeira; Gestão contábil; Gestão de custos; Gestão das transferências; Prestação de contas.

Cada um desses macroprocessos é fundamental para o sucesso da SEI e deve ser gerenciado de forma eficiente e integrada para garantir a entrega de valor para a sociedade e a sustentabilidade da organização.

A versão detalhada da **cadeia de valor** da SEI, que apresenta as definições, objetivos e atributos de cada um dos macroprocessos ou funções, pode ser acessada no Apêndice I.

^{4 &}quot;Na maior parte dos casos, essas atividades são normatizadas, coordenadas e supervisionadas por um ou mais órgãos centrais e apoiadas por diferentes sistemas de informação" (Brasil, 2020, p. 16-26).

Figura 1 Cadeia de valor da SEI

MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA DA SEI						
Comunicação e relações institucionais	Planejamento, orçamento e modernização organizacional	Gestão estratégica	Transformação digital e inovação	Participação e controle social	Controle interno	Assessoria técnica
Gestão da comunicação institucional Gestão da comunicação interna Gestão de redes sociais Gestão das relações institucionais nacionais e internacionais Gestão de relações parlamentares Prospecção de recursos financeiros	Gestão do planejamento estratégico Gestão orçamentária Modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções Gestão da estrutura de governança	Gestão do portfólio de produtos e serviços Gestão do portfólio de projetos e processos Gestão de riscos Monitoramento e avaliação da estratégia	Governança digital Gestão da transformação digital Gestão da inovação com dados Gestão do portfólio de inovação	Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos Gestão da transparência ativa Acesso à informação Gestão de dados abertos	Gestão de auditorias fiscalizações Corregedoria administrativa Gestão da integridade da ética pública Ouvidoria	Análise de normas, atos contratos administrativo Gestão de contratos e
		MACRO	DPROCESSOS DE SUPORTE DA SEI			
Gestão de TIC	Gestão do conhecim	ento	Gestão de pessoas	Gestão da logística pública e	e infraestrutura Ge	stão financeira, contábil e de cus
Governança de TIC Contratação de bens e serviços de TIC Desenvolvimento de sistemas de informação automatização de processos Gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC Suporte técnico, operacional e serviços de TI	Gestão do conhecimento Gestão da segurança da inf e das comunicações	Gerenciar re Gerenciar o Desenvolver formação Promover a	ecessidade de pessoal ecrutamento e seleção de pessoas desempenho de pessoas r pessoas qualidade de vida e a saúde no trabalho sistemas de informação de pessoal	Planejamento das aquisições Gestão da aquisição de bens e Gestão de serviços internos e infraestrutura Gestão logística de supriment Gestão de bens e patrimônio	e serviços Ge de Ge Ge cos e materiais Ge	ogramação financeira stão financeira stão contábil stão de custos stão das transferências estação de contas
		MACRO	PROCESSOS FINALÍSTICOS DA SEI			
Realização de pesquisas e estudos estratégio desenvolvimento econômico e social da Bahi	-	informações estatísticas e ge	ográficas Divulgação e gestão de da Bahia	informações técnico-científicas	Assessoramento go	vernamental
		VALOR PÚE	BLICO GERADO PELA SEI À SOCIEDADI	E		
Retratar a realidade física, ambiental, demog	ráfica, econômica e social da Bahia	Garantir a inte e geográficas	gridade e a disponibilidade de informaçõe: da Bahia		preservar o conheciment nográficas e geográficas	to em estatísticas sociais, da Bahia
		VALOR GE	RADO PELA SEI AO ESTADO DA BAHIA			
Aumentar a capacidade de governo e a eficiê públicos	ncia na utilização dos recursos	Promover a transformaç	ão digital e da inovação no setor público	Qualificar o processo de	e tomada de decisão na go	estão das políticas públicas

Cadeia de valor da SEI PLANO ESTRATÉGICO DA SEI 15



16 PLANO ESTRATÉGICO DA SEI

Cadeia de valor da SEI



ANÁLISE AMBIENTAL

A **análise ambiental** consistiu numa avaliação sistemática e abrangente dos fatores internos e externos que afetam o funcionamento, as operações e os objetivos da SEI. Essa análise buscou compreender o ambiente em que a instituição está inserida, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos que podem impactar sua atuação e desempenho.

Inicialmente, a análise ambiental considerou duas perspectivas principais: a análise interna e a análise externa.

A **análise das características internas da SEI** se concentrou em avaliar os fatores dentro da própria instituição incluindo:

Pontos fortes (forças)

Identificação dos recursos, capacidades, competências e atributos internos que a SEI possui e que podem ser considerados vantagens competitivas;

Pontos fracos (fraquezas)

Identificação das limitações, deficiências e áreas de melhorias internas que podem afetar negativamente a eficácia da SEI.

A **análise das características externas da SEI** focou nos fatores de fora da organização que podem influenciar seu desempenho e direção incluindo:

Oportunidades

Identificação de tendências, eventos e mudanças no ambiente externo que podem ser aproveitadas pela SEI para alcançar seus objetivos;

Ameaças

Identificação de fatores externos que podem prejudicar ou representar riscos para a SEI.

Uma vez que os resultados da análise interna e externa da SEI foram obtidos, eles foram integrados para formar uma visão abrangente do ambiente organizacional. Isso permitiu à SEI identificar estratégias para alavancar seus pontos fortes, abordar seus pontos fracos, aproveitar oportunidades e mitigar ameaças.

O Quadro 1 apresenta a síntese da **análise ambiental da SEI** com o relacionamento das análises externa e interna da instituição. A versão detalhada das análises interna e externa da SEI, que apresenta as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas de cada um dos macroprocessos ou funções da instituição, pode ser acessada no Apêndice II.



Quadro 1

Análise ambiental com relacionamento das análises externa e interna da SEI

		Análise interna		
	Análise externa	Pontos fortes	Pontos fracos	
	Mudanças favoráveis nas políticas governamentais	Boa reputação na produção de informações científicas	Falta de atualização da estrutura organizacional e do regimento interno da SEI	
	Acesso a financiamento para	Forte rede de colaboradores externos	Ausência de um escritório para captação e gerenciamento de projetos	
dades	projetos de pesquisa	externos	Baixa diversificação das fontes de financiamento	
Oportuni	Avanços tecnológicos na área de atuação da SEI	Equipe da SEI qualificada e especializada	Insuficiência de recursos humanos	
in	Parcerias com instituições de pesquisa	Reconhecimento da comunidade científica	Dificuldade na retenção de talentos	
	Crescente demanda por soluções inovadoras	Transformação da SEI em ICT	Insuficiência de recursos humanos	
	Restrições orçamentárias	Capacidade de diversificação das fontes de financiamento	Ausência de um escritório para captação e gerenciamento de projetos	
	Escassez de recursos humanos	Reconhecimento da importância da SEI para o planejamento do estado	Falta de apoio político para suprimento adequado da força de trabalho	
Ameaças	Concorrência com outras instituições de pesquisa	Equipe da SEI qualificada e especializada	Insuficiência de recursos humanos	
		Existência de política de	Insuficiência de recursos humanos	
	Riscos de segurança cibernética	<i>backup</i> e recuperação de dados	Alta vulnerabilidade a ameaças cibernéticas, como ataques de hackers, vírus e malwares	



REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS DA SEI 2024-2027

Referenciais estratégicos são os elementos-chave que orientam o planejamento estratégico de uma organização. Eles definem a missão, a visão de futuro e os valores da organização. Os referenciais estratégicos são baseados na análise do ambiente externo e interno da organização, levando em consideração fatores como oportunidades, ameaças, forças e fraquezas. Eles devem ser claros, concisos, mensuráveis e desafiadores para guiar a organização na direção certa e ajudá-la a alcançar seus objetivos de longo prazo.

A **missão** é uma declaração que comunica e expressa em um texto a razão da organização existir. No entanto, a missão é muito mais que um simples texto, ela está traduzida nas pessoas, no trabalho que elas fazem e no porquê elas fazem. Assim, o texto da missão busca fortalecer e orientar a ação dos colaboradores da SEI.

Missão da SEI

Gerir o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, econômica e social do estado da Bahia, a fim de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a disseminação de informações científicas para a sociedade.

A **visão de futuro** reflete a transformação que a instituição deseja alcançar no cumprimento de sua missão, tendo como características: transmitir uma noção de direção; apresentar uma noção de destino; ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável; e ser compartilhada e apoiada por todos.

Visão de futuro da SEI para 2027

Até 2027, consolidar-se como um órgão inovador de excelência em estudos, pesquisas, produção e disseminação de informações científicas acessíveis à sociedade e atuante no ciclo das políticas públicas para o estado da Bahia.

Os **valores institucionais** são convicções e premissas dominantes da organização que refletem e exaltam o comportamento das pessoas. Os valores institucionais da SEI estão definidos no Quadro 2.

Valores institucionais da SEI

- Foco no interesse público;
- Valorização das pessoas;
- Criatividade, colaboração e inovação;
- Autonomia técnica, confiabilidade e respeito à pluralidade de visões;
- Compromisso com a integridade pública, transparência, eficiência, ética, qualidade e excelência;
- Compromisso com a ciência e a democracia.



Quadro 2 Definição dos valores institucionais da SEI

Valores institucionais	Definição
Foco no interesse público	A SEI deve ter como objetivo primordial a promoção do bem comum, atuando de forma a satisfazer as necessidades da sociedade como um todo, buscando a solução dos problemas e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além disso, a SEI deve buscar a satisfação e o bem-estar dos cidadãos, oferecendo serviços de qualidade e acessíveis a todos.
Valorização das pes- soas	As pessoas são a essência da SEI, e por isso devem ser valorizadas e respeitadas. É importante garantir a igualdade de oportunidades, a diversidade e a inclusão em todas as suas dimensões, promovendo um ambiente de trabalho saudável e seguro que favoreça o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus servidores, com remuneração adequada.
Criatividade, colabora- ção e inovação	A SEI deve ser criativa e inovadora, buscando soluções eficientes e eficazes para os problemas que enfrenta. É importante fomentar a colaboração entre os servidores, incentivando o trabalho em equipe e a troca de experiências e conhecimentos. A adoção de novas tecnologias e práticas de gestão também pode contribuir para a melhoria dos serviços prestados e para o aumento da eficiência da organização.
Autonomia técnica, confiabilidade e res- peito à pluralidade de visões	A SEI deve ter autonomia técnica para exercer suas atividades, sem sofrer influências externas que possam prejudicar a qualidade e a eficácia de suas ações. É importante que a SEI seja confiável e respeitada pela sociedade, agindo sempre de forma ética e transparente. Além disso, é fundamental que a SEI respeite a pluralidade de visões e opiniões, promovendo o diálogo e o debate saudável como forma de construir soluções coletivas e democráticas.
Compromisso com a integridade pública, transparência, eficiência, ética, qualidade e excelência	A SEI deve ter um compromisso inabalável com a integridade pública, agindo sempre com ética e transparência em todas as suas ações. É importante que a SEI seja eficiente e ofereça serviços de qualidade, buscando sempre a excelência em suas atividades. A adoção de práticas de gestão eficientes e a utilização de tecnologias podem contribuir para o aumento da eficiência da SEI. Além disso, é fundamental que a SEI esteja comprometida com a melhoria contínua dos seus serviços, buscando a satisfação dos cidadãos e o alcance dos melhores resultados possíveis.
Compromisso com a ciência e a democracia	A SEI deve estar comprometida com a promoção da ciência e da tecnologia como forma de desenvolvimento social e econômico. Deve valorizar a pesquisa científica e tecnológica como fonte de conhecimento e inovação e utilizá-la como base para a tomada de decisões. Além disso, é fundamental que a SEI respeite a democracia e os princípios democráticos, promovendo a participação social, a transparência e a prestação de contas como forma de garantir a legitimidade de suas ações. É importante que a SEI esteja comprometida com a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a igualdade de oportunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.



MAPA ESTRATÉGICO 2024-2027

O Mapa estratégico da SEI é uma representação visual das diretrizes e metas estratégicas da organização, baseado no conceito do *Balanced Scorecard* (BSC). Esse modelo estratégico foi desenvolvido para traduzir a missão da SEI em objetivos claros, estratégias coerentes e ações concretas, permitindo um alinhamento consistente de todas as áreas e níveis da instituição. No coração desse mapa estratégico estão as quatro perspectivas do BSC elencadas no *Guia técnico de gestão estratégica 2020* (Brasil, 2020), cada uma delas destacando um aspecto fundamental da atuação da SEI:

Resultados para a sociedade

Nessa perspectiva, a SEI concentra-se em medir o impacto positivo que suas atividades têm na sociedade baiana como um todo. Isso inclui a disponibilização de informações econômicas e sociais confiáveis e acessíveis para auxiliar na tomada de decisões de políticas públicas, contribuindo para um desenvolvimento econômico sustentável e uma sociedade mais justa e equitativa.

Resultados para clientes, usuários, beneficiários e partes interessadas

Essa perspectiva enfatiza a criação de valor para os beneficiários da SEI. A organização se esforça para compreender as necessidades e expectativas de seus clientes, usuários e partes interessadas, fornecendo informações relevantes que atendam às suas demandas. Isso inclui a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, a acessibilidade das informações para diferentes públicos e a construção de relacionamentos sólidos com parceiros.

Processos internos

Nessa perspectiva, a SEI avalia os processos internos que são essenciais para a sua operação. Isso abrange desde a coleta e análise de dados até a produção de relatórios e estudos. O objetivo é otimizar esses processos, reduzir ineficiências e assegurar a qualidade e a precisão das informações produzidas, garantindo que elas sejam entregues de maneira oportuna e confiável.

Aprendizagem e crescimento

A perspectiva de aprendizagem e crescimento reflete o compromisso da SEI em desenvolver seus colaboradores, aprimorar suas capacidades técnicas e estimular a inovação. Isso também envolve a adoção de tecnologias avançadas e a atualização constante dos conhecimentos para se manter relevante e adaptar-se às mudanças do ambiente externo.



Cada perspectiva é conectada por relações de causa e efeito, refletindo como o sucesso em uma área impulsiona o desempenho em outras. O **Mapa estratégico da SEI** guia as ações da organização, desde a formulação de estratégias até a implementação de projetos e monitoramento de resultados. Ele serve como uma bússola para garantir que todas as atividades estejam alinhadas aos objetivos de longo prazo da instituição.

Ao utilizar o *Balanced Scorecard* como referência, a SEI adota uma abordagem equilibrada que considera não apenas os resultados financeiros, mas também fatores críticos como a satisfação dos clientes, a eficiência operacional, a aprendizagem contínua e o crescimento organizacional.

Figura 2 Mapa estratégico da SEI

Mapa estratégico da SEI					
	MAPA ESTRATÉGICO DA SEI 2024-2027				
Sociedade	 Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia. 	 Formular estudos estratégicos para orientar o desenvolvimento da Bahia no médio e longo prazo. 			
Soc	 Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais. 	 Assessorar o governo do estado na melhoria da de suas decisões. 			
Partes interessadas	Produtos e serviços 5. Ampliar e fortalecer a disseminação do conhecimento técnico-científico e a comunicação com a sociedade.	Legitimidade 6. Implantar política de integridade pública da SEI.			
Processos	Inovação 7. Implantar a política de governança digital da SEI	Governança 8. Fortalecer a governança			
	Suporte 10. Fortalecer a governança de TIC da SEI.	organizacional da SEI. 9. Fortalecer e articular a comunicação interna e externa da SEI.			
Infraestrutura e aprendizagem	Pessoas 11. Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente.	Organização 12. Dispor de logística e infraestrutura moderna e adequada.			
		Financeiro 13. Aperfeiçoar a gestão financeira e orçamentária da SEI			



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: DESCRIÇÃO

Quadro 3 (continua)

Objetivos estratégicos da SEI

Perspectivas	Objetivos estratégicos	Descrição
Resultados para a sociedade	1. Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia.	Visa fortalecer a capacidade da SEI em gerar e dis- seminar conhecimentos relevantes sobre a realidade do estado da Bahia, abrangendo diferentes aspectos como a situação física, ambiental, demográfica, eco- nômica e social. O objetivo é permitir que a instituição desempenhe um papel fundamental na formulação de políticas públicas mais informadas e embasadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos baianos.
Resultados para a sociedade	2. Formular estudos estratégicos para orientar o desenvolvimento da Bahia no médio e longo prazo.	Propõe realizar estudos estratégicos para orientar o desenvolvimento da Bahia a médio e longo prazo, buscando antecipar tendências, identificar oportunidades, desafios e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões governamentais voltadas para a promoção do desenvolvimento economicamente sustentável.
Resultados para a sociedade	3. Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais.	Busca fortalecer a capacidade da SEI em gerenciar e utilizar informações geográficas e territoriais de forma eficiente e eficaz. Através desse fortalecimento, o governo do estado poderá tomar decisões mais informadas, planejar ações estratégicas e melhorar a gestão de projetos e políticas públicas relacionadas ao território, contribuindo para o desenvolvimento regional e a promoção do bem-estar da população. Envolve ações estratégicas relacionadas ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica, fortalecimento da capacidade técnica, estabelecimento de parcerias estratégicas, promoção da integração de dados e sistemas e a produção e disponibilização de informações geográficas.
Resultados para a sociedade	4. Assessorar o governo do estado na melhoria da tomada de suas decisões.	Tem como foco principal o aprimoramento da to- mada de decisões do governo do estado por meio de assessoria especializada. A SEI atuará como um suporte estratégico, fornecendo análises, recomen- dações e informações relevantes para embasar as decisões tomadas pelos gestores públicos. O obje- tivo é garantir que as decisões governamentais se- jam fundamentadas, baseadas em dados confiáveis e em uma compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades do estado.



Quadro 3 (continuação)
Objetivos estratégicos da SEI

Perspectivas	Objetivos estratégicos	Descrição
Resultados para clientes, benefi- ciários e partes interessadas (produtos e ser- viços)	5. Ampliar e fortalecer a disseminação do conhecimento técnico-científico e a comunicação com a sociedade.	Visa promover a ampliação e o fortalecimento da disseminação do conhecimento técnico-científico produzido pela SEI, assim como melhorar a comunicação com a sociedade em geral. Com esse objetivo, a SEI busca compartilhar informações relevantes, pesquisas e descobertas científicas de forma acessível e compreensível, visando contribuir para a conscientização, a participação e a tomada de decisões informadas pela sociedade.
Resultados para clientes, benefi- ciários e partes interessadas (legitimidade)	6. Implantar política de integridade pública da SEI.	Tem como foco a implantação de uma política de integridade pública no âmbito da SEI, visando promover uma cultura de ética, transparência e responsabilidade no exercício das atividades públicas. A implantação dessa política busca prevenir e combater a corrupção, garantir o uso adequado dos recursos públicos e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas.
Processos inter- nos/inovação	7. Implantar a política de governança digital da SEI.	Tem como propósito a implantação de uma política de governança digital na SEI envolvendo a utilização estratégica da tecnologia digital para promover a transformação e a melhoria dos processos, serviços e interações da SEI com seus parceiros. Ela abrange a governança de TIC e a governança de dados, além de aspectos como a definição de uma visão estratégica digital, a gestão da inovação tecnológica, a proteção de dados pessoais, a segurança cibernética e a participação dos cidadãos.
Processos inter- nos/governança	8. Fortalecer a governança organizacional da SEI.	Tem como finalidade fortalecer a governança organizacional na SEI, visando aprimorar a eficiência, a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas em todas as áreas e níveis de atuação. O fortalecimento da governança organizacional é fundamental para garantir a tomada de decisões estratégicas, o alinhamento com os objetivos institucionais e a gestão eficaz dos recursos, promovendo uma cultura de excelência e resultados.



Quadro 3 (conclusão)
Objetivos estratégicos da SEI

Perspectivas	Objetivos estratégicos	Descrição
Processos inter- nos/governança	9. Fortalecer e articular a comunicação interna e externa da SEI.	Tem como objetivo fortalecer e articular os processos de comunicação interna e externa na SEI, visando aprimorar a troca de informações, promover o alinhamento entre os membros da organização, fortalecer a imagem institucional e estabelecer uma comunicação eficaz com os diversos públicos de interesse. Uma comunicação clara, transparente e ágil é fundamental para o sucesso da SEI, permitindo a disseminação de mensagens consistentes, o engajamento dos colaboradores e a construção de relacionamentos sólidos com a sociedade.
Processos inter- nos/processos de suporte críticos	10. Fortalecer a governança de TIC da SEI.	Tem como finalidade fortalecer a governança de Tec- nologia da Informação e Comunicação (TIC) na SEI, visando garantir a eficiência, a segurança, a inovação e a otimização dos recursos tecnológicos. Uma gover- nança de TIC robusta permite a gestão adequada dos sistemas e infraestrutura de tecnologia, o alinhamento estratégico com os objetivos da instituição e a maximi- zação dos benefícios proporcionados pela tecnologia.
Infraestrutura e aprendizagem/ pessoas	11. Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente.	Tem como finalidade adequar a força de trabalho da SEI, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, visando atender às demandas e necessidades atuais e futuras da organização. Essa adequação envolve garantir o número adequado de colaboradores, com as competências e habilidades necessárias para o cumprimento das metas e dos objetivos estratégicos, promovendo a eficiência, a produtividade e a excelência em todas as áreas de atuação.
Infraestrutura e aprendizagem/ organização	12. Dispor de logística e infraestrutura moderna e adequada.	Tem como finalidade garantir que a SEI disponha de uma logística e infraestrutura moderna e adequada, que atenda às necessidades operacionais, tecnológi- cas e físicas da organização.
Infraestrutura e aprendizagem/ organização	13. Aperfeiçoar a gestão financeira e orçamentária da SEI.	Visa estruturar o escritório de projetos da SEI, revisar e alinhar o processo de elaboração anual do orçamento ao Plano de Trabalho Anual (PTA), ao Plano Estratégico Organizacional (PEO), ao Plano Plurianual (PPA) e aos processos da cadeia de valor da SEI, além da racionalização de despesas.



PROJETOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

Portfólio de projetos estratégicos da SEI

O **portfólio de projetos estratégicos** é uma coleção de projetos relacionados e interdependentes que a SEI executará para atingir seus objetivos estratégicos de longo prazo. Esses projetos foram cuidadosamente escolhidos e priorizados com base em sua capacidade de contribuir para a realização da visão e missão da organização, bem como para o alcance de metas específicas.

Objetivo estratégico 1 (continua Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
		1. 48 boletins <i>Pesquisa Industrial.</i> Mensal. Prazo: 2024-2027;	
		2. 48 boletins <i>Pesquisa do Comércio</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	
		3. 48 boletins <i>Pesquisa Mensal de Serviços</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	Distat
		4. 48 boletins A <i>companhamento de</i> Safras. Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	
1.1. Análise da conjuntura baiana	Analisar as pesquisas conjunturais sobre a economia baiana com a produção de boletins de atividades mensais e cartas trimestrais.	5. 48 boletins <i>Comércio Exterior</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	
		6. 48 boletins <i>Indicadores Econômicos</i> da Bahia. Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	
		7. 16 boletins <i>Conjuntura da Bahia</i> . Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	
		8. 16 boletins <i>Atividades características</i> do turismo da Bahia. Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	
		9. Análise conjuntural e editoria científica de oito publicações <i>Conjuntura & Planejamento.</i> Semestral. Prazo: 2024 a 2027.	
1.2. Índice da dinâmica econômica de Salvador	Acompanhar mensalmente o ritmo da atividade econô- mica da cidade de Salvador.	10. 48 boletins <i>Índice de Movimentação</i> <i>Econômica de Salvador</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027.	Distat



Objetivo estratégico 1 (continuação)

Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
		Entrega de duas <i>Tabelas de recursos</i> e usos do estado da Bahia. Bianual. Prazo: 2024 e 2026;	
	Realizar estudos econô-	Entrega de dois relatórios da <i>Matriz</i> insumo-produto. Bianual. Prazo: 2025 e 2027;	
	micos de longo prazo que	3. Estudos de impacto. Prazo: 2024;	
1.3. Análise	demonstrem as cadeias produtivas e as relações	4. Matrizes inter-regionais: Caderno de projetos 2025.	Distat
estrutural da economia baiana	estruturais da economia baiana, caracterizando as relações de impactos na renda, mercado de trabalho, finanças públicas, produção e consumo.	5. Realização de quatro edições do evento <i>Encontro de Economia</i> <i>Baiana</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		6. Realização de quatro edições do evento <i>Fórum Baiano de Economia Aplicada</i> . Semestral. Prazo: 2024 a 2027;	
		7. Definição de tema e editoria científica de duas publicações <i>Bahia Análise & Dados</i> . Temas: a definir. Semestral. Prazo: 2025 e 2027.	
	estantial PIR ITIMESTIAL	1. 16 boletins <i>Informativo do PIB.</i> Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	Distat
1.4. Projeto contas regionais		2. 4 boletins <i>PIB estadual</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		3. 4 boletins <i>PIB municipal</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		4. 4 boletins <i>Agricultura familiar na</i> <i>Bahia</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		5. 16 boletins <i>Agronegócio Bahia</i> . Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	



Objetivo estratégico 1 (continua)

Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
		1. 4 infográficos <i>Perfil das mães na Bahia</i> . Anual. Prazo: maio 2024 a maio 2027;	
		2. 4 infográficos <i>Feminicídio na Bahia.</i> Anual. Prazo: mar. 2024 a mar. 2027;	
		3. 4 infográficos <i>Maio amarelo: acidentes de trânsito.</i> Anual. Prazo: maio 2024 a maio 2027;	
1.5. Estatísticas	Desenvolver estatísticas e análises para subsidiar o	4. 4 infográficos <i>Outubro rosa: câncer de mama.</i> Anual. Prazo: out. 2024 a out. 2027;	Distat
vitais para saúde e segu- rança pública	poder público na elabora- ção de políticas públicas e conhecimento à sociedade	5. 4 infográficos <i>Setembro amarelo:</i> <i>suicídio na Bahia</i> . Anual. Prazo: set. 2024 a set. 2027;	
	civil.	6. 4 infográficos <i>Novembro azul:</i> câncer de próstata. Anual. Prazo: nov. 2024 a nov. 2027;	
		7. Editoria científica de quatro livros Panorama das mulheres na Bahia da Série Estudos e Pesquisas. Prazo: 2024 a 2027;	
		8. Realização de quatro edições do evento <i>Panorama das mulheres na Bahia</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027.	
	ara o desen- olvimento cializados para o desenvol-	1. 4 infográficos <i>Info Bahia</i> . Anual. Prazo: jan. 2024 a jan. 2027;	
1.6. Indicadores para o desen-		2. 4 infográficos <i>Info Território de Identidade</i> . Anual. Prazo: mar. 2024 a mar. 2027;	Distat
regional		3. 4 infográficos <i>Info Nordeste</i> . Anual. Prazo: maio 2024 a maio 2027;	
		4. 4 infográficos <i>Info semiárido</i> . Anual. Prazo: fev. 2024 a fev. 2027.	
1.7. Finanças públicas	Realizar estudos e análises sobre as finanças públicas estaduais e municipais,	1. 16 Análises das finanças estaduais que geram os boletins <i>Conjuntura da</i> <i>Bahia</i> . Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	
	produzindo relatórios e pu- blicações que versem sobre a temática	2. Análises e editoria científica de duas publicações <i>Perfil Financeiro dos Municípios Baiano</i> s. Bianual. Prazo: 2024 e 2026.	Distat



Objetivo estratégico 1 (continuação)

Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
		Vigilância em saúde com uso de inteligência artificial para monitoramento de consumo atípico de fármacos. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	
		 Cálculo de impactos de eventos na atividade econômica regional com utilização de big data. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027; 	
		3. Cálculo de impactos da instalação de empreendimentos na atividade econômica regional com utilização de big data. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	Dipeq
	Extrair conhecimento de bases de dados de pesquisas e registros administrativos utilizando ferramentas de <i>big data</i> , aprendizagem de máquina e modelos estatísticos e econométricos	4. Análise do comércio inter-regional com utilização de big data. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	
1.8. Ciência de dados e inteligência		5. Análise dos custos de vida regionalizada com utilização de big data. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	
artificial		6. Inteligência artificial para análise de textos oriundos de pesquisas de satisfação. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	
		7. Interoperabilidade de registros administrativos de emprego (Rais e Caged), educação (Censo Escolar), Saúde (Sesab), assistência social (CadÚnico) e serviços (SAC) para geração de conhecimento no governo da Bahia. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2027;	
		8. Realização de duas edições do Encontro Baiano de Estatística (EBEST). Bianual. Prazo: 2024 e 2026;	
			 Realização de duas edições do Fórum de Estatística e Ciência de Dados. Bianual. Prazo: 2025 e 2027.



Objetivo estratégico 1 (continuação) Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
1.9. Estudos sociopopula- cionais	Realizar panoramas das condições de vida da população baiana, traçando perfil demográfico, análise de mercado de trabalho e rendimento, condições de moradia, perfil educacional entre outros, com recortes sociopopulacionais.	1. Análises e editoria científica de cinco publicações da série Recortes Sociais, com os temas: Crianças e adolescentes; Juventude; População negra; Povos e comunidades tradicionais; População em situação de rua. Prazo: 2024 a 2027;	Dipeq
		 Definição de tema e editoria científica da publicação Bahia Análise & Dados. Tema: Educação. Semestral. Prazo: 2024; 	
		3. Definição de tema e editoria científica da publicação <i>Bahia Análise & Dados</i> . Tema: a definir. Semestral. Prazo: 2026;	
		4. Editoria científica da publicação Energia da Série Estudos e Pesquisas. Prazo: 2024;	
		5. Textos para discussão;	
		6. 4 boletins <i>Dia da Mulher</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		7. 4 boletins <i>Dia do Trabalhador</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		8. 4 boletins <i>Dia da Consciência Neg</i> ra. Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
1.10. Pesquisa Baiana por Amostra de Domicílio (PBAD)	Realizar um levantamento primário de dados, buscando disponibilizar para os gestores públicos e sociedade civil informações sobre as condições de vida da população da RMS. Subsidiar o monitoramento de indicadores que reflitam as condições de vida da população e, assim, identificar possíveis melhorias em políticas públicas geridas pelos órgãos e entidades da administração pública do estado da Bahia, com o propósito de aumentar a sua eficiência e eficácia.	Execução do piloto em Salvador, com resultados da pesquisa a serem divulgados a cada trimestre. Prazo: 2024;	Dipeq
		2. Indicadores para Salvador com informações sobre as condições socioeconômicas da população, comportamento conjuntural do mercado de trabalho, bem como outras características que auxiliem a entender as condições peculiares de vida da população. Trimestral. Formato de entrega: <i>a</i> definir. Prazo: 2024 a 2027;	
		3. Indicadores para agregados de Territórios de Identidade (TI), contendo informações sobre as condições socioeconômicas da população, comportamento conjuntural do mercado de trabalho, bem como outras características que auxiliem a entender as condições peculiares de vida da população. Bianual. Formato de entrega: a definir. Prazo: 2025 e 2027.	



Objetivo estratégico 1 (continuação)

Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
1.11. Pesquisa de preço ao con- sumidor	Acompanhar a variação de preços de uma variedade de bens e serviços em estabelecimentos comerciais de forma contínua e sistemática, divulgando mensalmente para Salvador o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o valor da cesta básica de alimentos.	1. 48 boletins <i>Índice de Preço ao</i> <i>Consumidor (IPC) de Salvador</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	Dipeq
		2. 48 boletins sobre o custo da <i>Cesta</i> <i>básica de Salvador</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027.	
1.12. Monitoramen- to do mercado de trabalho	Monitorar o comportamento do emprego e da renda, com foco no contexto do mercado de trabalho baiano, por meio da sistematização dos mais variados indicadores provenientes das pesquisas amostrais e dos registros administrativos existentes no país, reunindo elementos que habilitem embasar análises e estudos nessa área e, também, subsidiar a elaboração de publicações sobre o tema.	48 boletins <i>Caged</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027;	Dipeq
		2. 4 boletins <i>Caged</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
		3. 16 boletins <i>Conjuntura do mercado de trabalho</i> na Bahia. Trimestral. Prazo: 2024 a 2027;	
		4. 4 texto/boletim da <i>RAIS</i> . Anual. Prazo: 2024 a 2027;	



Objetivo estratégico 1 (conclusão) Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
1.13. Pesquisa de confiança com o empresaria- do baiano	Acompanhar o grau de confiança do empresariado baiano a partir das expectativas do setor produtivo quanto a alguns aspectos-chave da economia e dos negócios num futuro próximo, com base no Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB). A pesquisa de natureza primária e periodicidade mensal é realizada junto a sindicatos e associações empresariais do estado.	1. 48 boletins <i>Pesquisa de confiança do empresariado baiano</i> . Mensal. Prazo: 2024 a 2027.	Dipeq
1.14. Pesquisas de satisfação e de confiança	Monitorar e avaliar a sa- tisfação e a confiança dos cidadãos que utilizam os serviços públicos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública do estado da Bahia.	2. Apresentação dos resultados das pesquisas que vão subsidiar os relatórios técnicos com identificação de melhorias e levantamento das necessidades dos cidadãos, referente aos serviços prestados, no âmbito da Conquali/SAEB. Prazo: 2024 a 2027.	Dipeq



Objetivo estratégico 2 (continua)

Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento da Bahia no médio e longo prazo

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
2.1. Estudo com- plementar ao Plano Estratégico Ferroviário no Estado da Bahia	Desenvolver um conjunto de análises e relatórios técnicos na área de infraestrutura logística no estado da Bahia, no sentido de complementar os resultados já levantados pelo Plano Estratégico Ferroviário elaborado.	Relatório técnico de competitividade e capacidade dos complexos portuários de Ilhéus e Região Metropolitana de Salvador. Prazo: 2024;	Direst
		Relatório de avaliação das necessidades de investimentos nos principais acessos ferroviários aos dois complexos portuários. Prazo: 2024;	
		3. Plano estratégico de logística integrada para a formação de uma rede ferro-portuária. Prazo: 2024.	
2.2. Estudo do hub logístico da macrorregião de Salvador	Estudar a viabilidade da construção de um hub logístico na macrorre- gião de Salvador.	1. Masterplan da macrorregião de Salvador. Prazo: 2026.	Direst
2.3. Projeto Paga- mento por Ser- viços Ambientais (PSA)	Elaborar plano regional de PSA na região da Chapada Diamantina, como um projeto piloto.	Plano Regional de PSA na região da Chapada Diamantina. Prazo: 2025.	Direst
2.4. Projeto Descar- bonização	Inventariar as emis- sões de gases de efeito estufa (GEE) e identificar áreas para certificação de carbono na Chapada Diamantina.	Inventário das emissões de gases de efeito estufa. Prazo: 2024;	Direst
		Relatório de identificação de áreas para certificação de carbono. Prazo: 2025.	
	Viabilizar diálogos e apontamentos sobre temas estratégicos para o desenvolvimento da Bahia.	1. Rodadas de discussão. Prazo: 2024 a 2027;	Direst
2.5. Projeto Pensar a Bahia		2. Vídeos para divulgação dos temas estratégicas. Prazo: 2024 a 2027;	
		3. Relatórios técnicos. Prazo: 2024 a 2027;	
		4. Realização de cinco edições do evento <i>Pensar Bahia</i> com os temas: <i>Segurança pública</i> (2); <i>Logística</i> ; <i>Desenvolvimento sustentável</i> ; <i>Planejamento estratégico</i> . Prazo: 2024;	
		5. Realização de cinco edições do evento <i>Pensar Bahia</i> com os temas: <i>Segurança pública</i> ; <i>Logística</i> ; <i>Planejamento estratégico</i> . Anual. Prazo: 2025 a 2027.	



Objetivo estratégico 2 (conclusão) Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento da Bahia no médio e longo prazo

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
2.6. Projeto Lentes Livres	Selecionar e premiar propostas de ideias inovadoras nas áreas de meio ambiente, cultura e turismo para o desenvolvimento da zona turística da Chapada Diamantina.	Banco de ideias com as propostas vencedoras do concurso público. Prazo: 2024.	Direst
2.7. Projeto Metrópole Inteligente	Integrar sistemas de informação nas áreas de educação, saúde e mobilidade nos municípios da Região Metropolitana de Salvador.	 Aplicativo que associa sistemas de informação nas áreas de educação, saúde e mobilidade. Prazo: 2027. 	Direst
2.8. Projeto Conecti- vidade	Viabilizar o acesso à internet para as fa- mílias pobres e para as atividades econômicas e sociais de pequeno e médio porte localizadas na zona rural e nas pro- ximidades de atrativos turísticos da Chapada Diamantina.	 Definição de tema e editoria científica da publicação semestral Bahia Análise & Dados. Tema: Segurança social. Prazo: 2024; Definição de tema e editoria científica da publicação semestral Bahia Análise & Dados. Tema: a definir. Prazo: 2026. 	Direst



Objetivo estratégico 3 (continua)

Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
		1. Lote 01 - Chapada Diamantina com 174 cartas (1:25.000). Prazo: jul. 2024;	
3.1. Projeto de Atu-	Ampliar a cobertura car- tográfica de referência	2. Lote 02 – Feira de Santana com 166 cartas;	
alização Carto- gráfica	em escalas adequadas ao desenvolvimento do estado da Bahia.	3. Lote 03 – Jequié com 180 cartas – Prazo: 12 meses após alocação de recurso e assinatura de contrato.	Digeo
		4. Demais lotes de acordo com critérios de priorização. Prazo: 2025–2027.	
3.2. Projeto Uso e Cobertura das Terras	Ampliar a cobertura da cartografia temática em escala 1:100.000 do estado da Bahia.	1. Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia dos rios Paramirim e Santo Onofre (elaboração de base de dados geoespaciais, estudos e análises, publicação de livro na Série Estudos e Pesquisas). Prazo: 2025;	Digeo
		2. Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu (elaboração de base de dados geoespaciais, estudos e análises, publicação de livro na Série Estudos e Pesquisas). Prazo: 2026;	
		3. Mapeamento do uso e cobertura das terras - Margem direita do rio Sobradinho (elaboração de base de dados geoespaciais, estudos e análises, publicação de livro na Série Estudos e Pesquisas). Prazo: 2027.	



Objetivo estratégico 3 (continuação)

Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais

Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	Capacitar as instituições membro no uso da nova versão do <i>software</i> <i>de cadastro de metadados</i> . Prazo: 2024 a 2027;	
	2. Inclusão de novas instituições na IDE Bahia. Prazo: 2024 a 2027;	
infraestrutura de dados espaciais do estado da	Incluir o <i>software</i> Geonetwork 3.10 como ferramenta de consulta do GeoportalBahia. Prazo: 2024;	Digeo
Dalila (IDE Dalila).	4. Distribuição do <i>software</i> Geonetwork 3.10 para as instituições membro da IDE-Bahia. Prazo: 2024;	
	5. Contrato de suporte ao <i>software</i> Geonetwork. Prazo: 2024.	
Atualizar os limites territoriais do estado da Bahia.	1. Atualização de limites interestaduais em parceria com o IBGE e órgãos oficiais dos estados limítrofes (ES, PI e AL), com a publicação dos respectivos relatórios técnicos. Prazo: 2024 a 2027;	Digeo
	Atualização de limites intermunicipais. Prazo: 2024 a 2027;	
	3. Implantação de marcos de limites intermunicipais. Prazo: 2024 a 2027;	
	4. Compatibilização da malha da DPA com escalas mais precisas (1:50.000 e maiores). Prazo: 2024 a 2027;	
	5. Atualização de limites interdistritais em parceria com os municípios baianos. Prazo: 2024 a 2027;	
	6. Atualização e melhorias do sistema de emissão de certidões de localização de poligonais de imóveis rurais em relação aos limites intermunicipais (Certloc). Prazo: 2024 a 2027.	
	Consolidar e ampliar a infraestrutura de dados espaciais do estado da Bahia (IDE-Bahia). Atualizar os limites territoriais do estado da	1. Capacitar as instituições membro no uso da nova versão do software de cadastro de metadados. Prazo: 2024 a 2027; 2. Inclusão de novas instituições na IDE Bahia. Prazo: 2024 a 2027; 3. Incluir o software Geonetwork 3.10 como ferramenta de consulta do GeoportalBahia. Prazo: 2024; 4. Distribuição do software Geonetwork 3.10 para as instituições membro da IDE-Bahia. Prazo: 2024; 5. Contrato de suporte ao software Geonetwork. Prazo: 2024. 1. Atualização de limites interestaduais em parceria com o IBGE e órgãos oficiais dos estados limitrofes (ES, Pl e AL), com a publicação dos respectivos relatórios técnicos. Prazo: 2024 a 2027; 2. Atualização de limites intermunicipais. Prazo: 2024 a 2027; 3. Implantação de marcos de limites intermunicipais. Prazo: 2024 a 2027; 4. Compatibilização da malha da DPA com escalas mais precisas (1:50.000 e maiores). Prazo: 2024 a 2027; 5. Atualização de limites interdistritais em parceria com os municípios baianos. Prazo: 2024 a 2027; 6. Atualização de melhorias do sistema de emissão de certidões de localização de poligonais de imóveis rurais em relação aos limites intermunicipais (Certloc).



Objetivo estratégico 3 (conclusão)

Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais

Projetos estratégicos Unidade Descrição/Objetivo Entregas e prazos 2024-2027 responsável Elaborar estudos 1. Análise e publicação dos estudos 3.5. Projeto Estudos regionais sobre os dos elementos climáticos do Climáticos e Am-Digeo estado da Bahia. Prazo: 2024 a elementos climáticos bientais 2027. do estado da Bahia. Manter atualizadas as bases territoriais das di-3.6. Projeto Regiona-1. Atualização da base de dados Digeo geográficos. Prazo: 2024 a 2027. lizações ferentes regionalizações do estado da Bahia. 1. Estabelecer a metodologia interna e padronizada para execução de atividade de produção cartográfica com o uso de drone. Prazo: 2024; Levantar informações 3.7. Produção de em áreas específicas do bases cartográfi-Digeo 2. Capacitação continuada em cas em pequenas estado que demandam drones. Prazo: 2024 a 2027; áreas melhor precisão. 3. Levantamento de informações cartográficas de áreas específicas. Prazo: 2024 a 2027. 1. Realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias quando necessário. Prazo: 2024 a 2027; 2. Suporte às subcomissões Coordenar os trabalhos temáticas. Prazo: 2024 a 2027; 3.8. Comissão Estarelacionados à cartogra-3. Realização de quatro edições do dual de Cartografia e à geoinformação Digeo fia e Geoinformaevento Geopublica. Anual. Prazo: no âmbito do estado da ção - Cecar 2024 a 2027: Bahia 4. Realização de oito edições do evento Geo Day. Semestral. Prazo: 2024 a 2027; 5. Manutenção e atualização do site da Cecar. Prazo: 2024 a 2027

3.9. Editoria científi-

temático

ca de periódico

Definir tema contem-

porâneo para periódico,

no intuito de subsidiar

as políticas públicas no

estado da Bahia.

1. Definição de tema e editoria

definir. Prazo: 2025 e 2027.

científica da publicação semestral

Bahia Análise & Dados. Temas: a

Digeo



Objetivo estratégico 4 Assessorar o governo do estado na melhoria da tomada de suas decisões

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
4.1. Estatísticas inter- nacionais	Compêndios estatísticos sobre o intercâmbio comercial entre a Bahia e o Brasil com países diversos.	Relatórios estatísticos sobre o intercâmbio comercial da Bahia e do Brasil com outros países definidos pela Governadoria. Anual. Prazo: 2024 a 2027.	Distat
		 Relatório técnico com a avaliação de impacto do Programa Bolsa Presença (SEC/BA). Prazo: 2025; 	
4.2. Avaliação de polí-	Desenvolvimento, aperfeiçoamento e aplicação de metodolo-	Relatório técnico com a avaliação de políticas públicas voltadas para a erradicação de fome e pobreza no estado da Bahia. Prazo: 2027;	Dipeq
ticas públicas	gias voltadas à avaliação de impacto de políticas públicas.	Relatório técnico com a avaliação de impacto de políticas públicas de educação profissional. Prazo: 2026;	Distat
		4. Relatório técnico com a avaliação de políticas públicas de assistência social, prevenção de drogas e segurança alimentar. Prazo : 2025.	
4.3. Indicadores de planejamento estratégico	Promover o conhecimento da realidade local com informações estatísticas econômicas, sociais, geográficas, cartográficas e demográficas, e fornecer elementos que subsidiem a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.	Cálculo de indicadores para subsidiar o planejamento estratégico do estado da Bahia. Prazo: 2024 a 2027.	Dipeq Distat Digeo Direst
4.4. Cenários eco- nômicos para projeções do PIB baiano	Análise da atividade econômica para subsidiar a Seplan nas projeções para elaboração das leis orçamentárias (LDO e LOA).	1. Dois relatórios técnicos com projeções de PIB e análise conjuntural. Bianual. Prazo: 2024 e 2027.	Distat
4.5. Relatório Anual de Governo (RAG)	Análise de conjuntura para compor Relatório Anual de Governo (RAG).	Relatório sobre indicadores socioeconômicos e perspectivas do estado da Bahia. Prazo: 2024 a 2027.	Distat
4.6. Mapeamento de unidades de inte-resse do governo do estado	Gerar informações car- tográficas de interesse público (Segurança, Saúde, Educação, dentre outros)	Reestabelecer e ampliar parcerias e projetos de interesse comum com as diversas secretarias do estado. Prazo : 2024 a 2027.	Digeo



Objetivo estratégico 5 (continua)

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	É uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de promover a produção e a divulgação de conhecimentos técnico-científicos de alta qualidade. Esse programa visa incentivar a pesquisa, a inovação e a disseminação do conhecimento em áreas específicas de interesse da SEI	 Produção editorial com impressão de oito revistas <i>Conjuntura & Planejamento</i> (C&P). Semestral. Distat. Prazo: 2024 a 2027; Produção editorial com impressão da revista <i>Bahia Análise & Dados</i>. Tema: <i>Educação</i>. Dipeq. Prazo: 2024; Produção editorial com impressão da revista <i>Bahia Análise & Dados</i>. Tema: <i>Segurança social</i>. Semestral. Direst. Prazo: 2024; Produção editorial com impressão de duas revistas <i>Bahia Análise & Dados</i>. Temas: <i>a definir</i>. Distat, Digeo. Prazo: 2025; Produção editorial com impressão de duas revistas <i>Bahia Análise & Dados</i>. Temas: <i>a definir</i>. Dipeq. Direst. Prazo: 2025; Produção editorial com impressão de duas revistas <i>Bahia Análise & Dados</i>. Temas: <i>a definir</i>. Distat, Digeo. Prazo: 2027; Produção editorial com impressão de duas revistas <i>Bahia Análise & Dados</i>. Temas: <i>a definir</i>. Distat, Digeo. Prazo: 2027; Produção editorial com impressão do tivro <i>Energia</i> da <i>Série Estudos e Pesquisas</i>. Dipeq. Prazo: 2024; Produção editorial com impressão de quatro tivros <i>Panorama das mulheres na Bahia</i> da <i>Série Estudos e Pesquisas</i>. Distat. Prazo: 2024 a 2027 Produção editorial com impressão de três tivros da <i>Série Estudos e Pesquisas</i> Dipeq. Prazo: 2025 a 2027; Produção editorial com impressão de três tivros da <i>Série Estudos e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu</i>, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu, Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia do rio Paraguaçu Mapeamento do uso e cobertura das terras - Bacia d	



Objetivo estratégico 5 (continuação)

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável	
		 Organização de quatro edições do evento Geopublica. Anual. Digeo. Prazo: 2024-2027; 		
		 Organização de oito edições do evento Geo Day. Semestral. Digeo. Prazo: 2024–2027; 		
		3. Organização de quatro edições do evento <i>Encontro de Economia</i> <i>Baiana</i> . Anual. Distat. Prazo: 2024-2027;		
	O programa tem	4. Organização de quatro edições do evento <i>Fórum Baiano de Economia Aplicada</i> . Anual. Distat. Prazo: 2024 a 2027;		
	como objetivo fomentar a troca	5. Organização de duas edições do evento <i>Encontro Baiano de Estatística</i> (EBEST). Bianual. Dipeq. Prazo: 2024 e 2026;		
5.1. Eventos téc- nico-cientí-	de experiências, o debate, a divulga- ção de pesquisas e a atualização de conhecimentos nas áreas de interesse da SEI	 Organização de duas edições do evento Fórum de Estatística e Ciência de Dados. Bianual. Dipeq. Prazo: 2025 e 2027; 	Diger/ Codin	
ficos		7. Organização de quatro edições do evento <i>Panorama das mulheres</i> . Distat. Prazo: 2024 a 2027;		
		8. Organização de cinco edições do evento <i>Pensar Bahia</i> . Direst. Prazo: 2024;		
		9. Organização de três edições do evento <i>Pensar Bahia.</i> Anual. Direst. Prazo: 2025 a 2027;		
		10. Organização de dois eventos internos <i>Troca de livros</i> . Semestral. Diger/Codin. Prazo: 2024 a 2027;		
		11. Organização de quatro eventos internos com os temas: <i>Dia das mães</i> ; <i>São João</i> ; <i>Dia dos pais</i> ; <i>Natal</i> . Anual. Diger/Codin. Prazo: 2024 a 2027.		
	Abrigar estudos	1. Rodadas de discussão. Prazo: 2024 a 2027;		
5.2. Plataforma SEIColab	e projetos regio- nais, estratégicos,	2. Vídeos para divulgação dos temas estratégicas. Prazo: 2024- 2027;		
	disseminá-los e possibilitar a per-	3. Relatórios técnicos. Prazo: 2024-2027;	D: .	
	manente interação colaborativa da sociedade nos temas transversais desenvolvidos.	4. Publicações científicas. Prazo: 2024-2027.	Direst	



Objetivo estratégico 5 (continuação)

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável	
		 Manter atualizados os dashboards: Ciência, tecnologia e inovação; Demografia; Mercado de Trabalho; ODS; PIB e Segurança Pública. Prazo: 2024-2027 		
		2. Construir os <i>dashboards</i> : Agricultura familiar; Custo de vida; Educação; Fome e Pobreza; Saúde. Prazo: 2024-2027;		
	Manter o portal de	3. Demografia;		
	aplicativos interati-	4. Mercado de trabalho;		
	vos de visualização de dados da Bahia	5. ODS;		
	com diversas te-	6. PIB;		
5.3. Plataforma InfoVis	máticas, ampliando	7. Segurança Pública;	Dipeq	
IIIIOVIS	acesso da socieda- de a informação de qualidade por meio de painéis de dados de fácil leitura e interpretação.	8. Prazo: 2024-2027.		
		9. Construir os <i>dashboards</i> :		
		10. Agricultura familiar;		
		11. Custo de vida - 2024;		
		12. Educação;		
		13. Fome e pobreza;		
		14. Saúde.		
		15. Prazo: 2024-2027.		
	Disponibilizar	1. Melhoramento contínuo das funcionalidades. Prazo: 2024 a 2027;		
5.4. Plataforma SEIGEO	dados, mapas, serviços, aplica- tivos, metadados, publicações e outros documen- tos produzidos ou sistematizados.	 Ampliação das entregas de produtos diversos. Prazo: 2024 a 2027; 		
		 Capacitação continuada diante das diversas produções estabelecidas e aperfeiçoamento metodológico. Prazo: 2024 a 2027. 	Digeo	



Objetivo estratégico 5 (conclusão)

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	Conjunto de in- formações sobre serviços públicos	1. Implantação de três serviços. Prazo: 2024;	
5.5. Carta de	disponibilizados pela SEI, com a	2. Implantação de três serviços. Prazo: 2025;	
serviços ao usuário da SEI	finalidade de indicar as formas de aces- so aos serviços	3. Implantação de três serviços. Prazo: 2026;	Diger
prestados e os compromissos e padrões de qualida- de do atendimento ao público.	4. Implantação de três serviços. Prazo: 2027.		
	lecer a gestão da Biblioteca Rômulo Almeida (BRA) na promoção da visi- bilidade do acervo físico e digital, incluindo atividades de preservação, digitalização e disseminação do conhecimento técnico-científi- co, por meio de normalização,	Implantação do sistema de armazenamento e segurança digital do acervo. Prazo: dez. 2024;	
		Implantação da biblioteca itinerante em eventos interinstitucionais. Prazo: 2024;	
		3. Atualização da plataforma de disseminação do acervo técnico- científico da SEI. Prazo: 2025;	
Valorização		 Construção da interoperabilidade sistêmica das bibliotecas técnico-científicas do Centro Administrativo da Bahia (CAB). Prazo: 2025; 	Diger/ Cobi
Técnico- c -Científica c		5. Digitalização de 2000 obras do acervo raro e especializado para a segurança dos materiais. Prazo: 2027;	
ud JEI		6. Controle e acompanhamento dos indicadores de acesso dos usuários físicos e digitais da instituição. Prazo: 2024 a 2027.	



Objetivo estratégico 6 Implantar política de integridade pública da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
O objetivo do programa é promover uma cultura de integridade, ética e transparência no ambiente de trabalho da SEI, visando ao fortalecimento da confiança da sociedade e à excelência na prestação de serviços públicos, englobando a implementação de políticas, diretrizes e práticas de governança e compliance, com o objetivo de prevenir desvios éticos, atos de corrupção e outras irregularidades. O programa busca a adoção de medidas como a criação de um código de ética e conduta, a implementação de canais de denúncia para relatos de irregularidades, a realização de capacitações e treinamentos sobre ética e integridade, a promoção de ações de transparência, a realização de auditorias interpara o a estabalacimento de	uma cultura de integridade, ética	Criar a Controladoria de Controle Interno na estrutura organizacional da SEI. Prazo: 2024;	
	trabalho da SEI, visando ao fortaleci- mento da confiança da sociedade e à excelência na prestação de serviços públicos, englobando a implementa-	Diagnóstico e priorização dos processos administrativos mais vulneráveis a riscos para a integridade da SEI. Prazo: 2024;	
	 Identificação, análise e avaliação de riscos para a integridade nos processos priorizados. Prazo: 2024; 		
	de medidas como a criação de um	 Elaboração do Plano de Integridade da SEI. Prazo: 2024; 	Diger
	para relatos de irregularidades, a realização de capacitações e trei-	5. Elaboração do Código de Conduta do Servidor da SEI. Prazo: 2025;	
	6. Elaboração do Guia de Integridade Pública da SEI. Prazo: 2025;		
	internas e o estabelecimento de parcerias com órgãos de controle e fiscalização.	7. Orientação e capacitação dos servidores da SEI sobre ética e integridade no serviço público. Prazo: 2024 a 2027.	



Objetivo estratégico 7 Implantar a política de governança digital da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	Estabelecer diretrizes e proces- sos para garantir a qualidade,	Avaliação diagnóstica em governança e gestão de dados da SEI "Teste de Maturidade". Prazo: 2024;	
segurança e utilização adequada dos dados e informações sob responsabilidade da SEI. Ao implementar esse programa, busca-se melhorar a qualidade dos dados, garantir sua integridade e segurança, facilitar o armazenamento e compartilhamento adequado e estabelecer responsabilidades claras. Além disso, o programa visa promover uma cultura de governança de dados, capacitando os colaboradores e garantindo a conformidade com as melhores práticas e normas relacionadas à gestão de dados.	Definição da estratégia de dados e elaboração do Catálogo de Bases de Dados da SEI (CBD/SEI). Prazo: 2024;	Comitê de	
	3. Elaboração da Política de Governança de Dados da SEI. Prazo: 2024;		
	·	 Relatório de proposição de melhorias. Prazo: 2024; 	Governança Digital da SEI
	5. Road Map para cumprir a estratégia estabelecida. Prazo: 2024;	JEI JEI	
	6. Estruturação do Escritório de Governança de Dados. Prazo: 2025.		

(continua)



(conclusão)

Objetivo estratégico 7 Implantar a política de governança digital da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
7.2. Política de Dados Abertos da SEI		Levantamento do conjunto dos dados candidatos à abertura. Prazo: 2024;	Comitê de Governança Digital da SEI
		 Seleção e priorização dos dados que serão abertos, levando em consideração as demandas da sociedade. Prazo: 2024; 	
	Orientar as ações de implemen- tação e promoção de abertura de dados no âmbito da SEI.	3. Definição dos responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento de plano de ação com metas e prazos. Prazo: 2024;	
		 Consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões. Prazo: 2024; 	
		5. Utilização de metodologia de abertura de dados a ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões INDA e INDE). Prazo : 2024;	
		 Definição de arquitetura de abertura para cada sistema. Prazo: 2024; 	
		7. Catalogação no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal da SEI. Prazo : 2024;	
		8. Publicação dos dados catalogados. Prazo: 2024 a 2027.	



Objetivo estratégico 8 (continua)

Fortalecer a governança organizacional da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	O objetivo principal do progra- ma é alinhar as ações da SEI com sua visão de futuro e os desafios enfrentados pelo con- texto em que está inserida. Por meio de um processo contínuo de planejamento estratégico,	1. Plano Estratégico Organizacional 2024- 2027. Prazo : 2024;	Diger
8.1. Programa de Gestão Estra-		2. Plano de Trabalho Anual. Prazo: 2024 a 2027;	
tégica da SEI o programa visa estal metas e ações que dir as atividades da orgar de forma a maximizar eficiência e eficácia na	o programa visa estabelecer metas e ações que direcionem as atividades da organização, de forma a maximizar sua eficiência e eficácia na busca pelos resultados desejados.	3. Relatório Anual de Gestão. Prazo : 2024 a 2027.	
8.2. Programa de Modernização Institucional	Visa garantir que a SEI continue a ser uma instituição de excelência na produção de informações econômicas e sociais essenciais para o desenvolvimento da Bahia. A modernização permitirá que a SEI atenda de forma eficaz às necessidades em constante evolução do estado e da sociedade.	1. Alterar a estrutura organizacional da SEI. Prazo: 2024.	Diger



Objetivo estratégico 8 (conclusão) Fortalecer a governança organizacional da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
	Visa ao estabelecimento de um conjunto de ferramentas complementares à atual estrutura da SEI, a fim de atender ao objetivo estabelecido na Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022, que modificou sua finalidade, tornando-a uma Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT).	 Elaboração do plano de atividades do projeto. Prazo: 2024; Contratação de bolsistas. Prazo: 2024; Aquisição de equipamentos. Prazo: 2024; Relatório analítico de atividades. Prazo: 2024; Definição da estrutura organizacional e procedimentos do Escritório de Projetos. Prazo: 2024; Adoção de metodologia e ferramentas para gestão de projetos. Prazo: 2024; Estabelecimento dos critérios e diretrizes para seleção e priorização de projetos. Prazo: 2024; Identificação de oportunidades de inovação e elaboração do plano de capacitação. Prazo: 2024; Treinamentos e atividades de capacitação e atualização. Prazo: 2024 a 2027; Estabelecimento de parcerias estratégicas. Prazo: 2024 a 2027; 	
	estratégicas. Prazo: 2024 a 2027; 11. Prospecção de projetos inovadores nos núcleos e agências de fomento do estado da Bahia. Prazo: 2024 a 2027; 12. Elaboração de projetos para monetização das inovações prospectadas. Prazo: 2024 a 2027; 13. Identificação de fontes de financiamento. Prazo: 2024 a 2027; 14. Elaboração de propostas e projetos para captação de recursos. Prazo: 2024 a 2027;		
	Tem o objetivo de identificar, avaliar e gerenciar os riscos	 Realização de negociações e parcerias para captação de recursos. Prazo: 2024 a 2027. Criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles da SEI. Prazo: 2024; 	
8.4. Programa de Gestão de Riscos da SEI	aos quais a SEI está exposta. O programa visa garantir a sustentabilidade, a conti- nuidade das operações e o cumprimento dos objetivos institucionais por meio de um processo estruturado de iden- tificação, análise, tratamento e monitoramento de riscos.	 Diagnóstico e priorização dos riscos para a SEI. Prazo: 2024; Identificação, análise e avaliação de riscos para a SEI nos processos priorizados. Prazo: 2024; Elaboração do Plano de Gestão de Riscos da SEI para o ciclo 2025-2027. Prazo: 2024. 	Diger



Objetivo estratégico 9 Fortalecer e articular a comunicação interna e externa da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável						
O objetivo principal do programa é		 Contratação da consultoria para execução do plano de Comunicação Institucional da SEI. Prazo: 2024; 							
	 Implementação do plano de comunicação - Cronograma. Prazo: 2024; 								
9.1. Programa de	da SEI quanto externamente com e Dissemi- nação do Conhecimento da SEI da SEI quanto externamente com a sociedade em geral. O programa busca facilitar o fluxo de infor- mações relevantes, contribuindo para a eficiência e a colaboração no ambiente de trabalho, além de fortalecer a imagem e a reputação	cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros da SEI quanto externamente com a sociedade em geral. O programa busca facilitar o fluxo de infor-	Programa de Comunicação e Dissemi- nação do Conhecimento cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros da SEI quanto externamente com a sociedade em geral. O programa busca facilitar o fluxo de infor- macões relevantes, contribuindo	cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros	cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros	cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros	cação eficaz e transparente, tanto internamente entre os membros	 Manual de procedimentos e suporte ao Plano de Comunicação. Prazo: 2024; 	
e Dissemi- nação do Conhecimento				4. Proposta/ <i>layout</i> do novo portal da SEI e intranet - entrega do portal. Prazo: 2024;	Diger/ Codin				
		5. Manual técnico e operacional dos sítios eletrônicos. Prazo: 2025;							
da SEI perante a sociedade.	ua SEI pei ante a Sociedade.	6. Entrega do plano de gestão e capacitação da equipe. Prazo: 2025;							
		7. 14 relatórios de atividades. Trimestral. Prazo: 2024 a 2027.							



Objetivo estratégico 10 Fortalecer a governança de TIC da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável			
		 Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEI. Prazo: 2024; 				
	O objetivo principal do programa é assegurar	 Políticas e Normas de Segurança da Informação da SEI. Prazo: 2024; 				
10.1. Programa de	que o uso das tecno- logias de informação e comunicação na SEI	 Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEI. Prazo: 2024; 				
Governança de Tecnologias de	nança de seja realizado de forma ogias de alinhada aos objetivos ação e estratégicos da organização nização, respeitando	alinhada aos objetivos	alinhada aos objetivos	alinhada aos objetivos	4. Política de <i>backup</i> e ativos em nuvem da SEI. Prazo: 2024;	Diger/
Informação e Comunicação da SEI		5. Política de uso das redes de arquivos da SEI. Prazo: 2024;	Coinf			
		 Contratação/renovação de licenças de softwares. Prazo: 2024 a 2027; 				
		7. Contratação/renovação de suporte técnico, operacional e serviços de TIC. Prazo: 2024 a 2027;				
		8. Contratação de suporte N3. Prazo: 2024.				
10.2. Implantação do laboratório multiusuário CIGData	Desenvolver pesquisas científicas e geração de produtos e serviços nas áreas de inteligência geográfica e ciência de dados (Data Science).	1. Aquisição e montagem do laboratório (estrutura física e lógica). Prazo: 2024 a 2025.	Diger/ Coinf			



Objetivo Estratégico 11 Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente

Projetos estratégicos 2024-2027	I Lescrican/Liniativa Entredas a prazos		Unidade responsável
11.1. Programa de Formação de Pessoas	O objetivo principal do programa é investir no capital humano da SEI, capacitando e desenvolvendo	50 servidores capacitados. Prazo: 2024;	
	seus colaboradores para que se tornem profissionais qualifi- cados, motivados e engajados.	2. 60 servidores capacitados. Prazo: 2025;	Diger/Coafi/
	O programa busca atender às necessidades de aprendizado e aprimoramento de competências	3. 70 servidores capacitados. Prazo: 2026;	CRH
	dos colaboradores, alinhando-as às estratégias e objetivos da organização.	4. 80 servidores capacitados. Prazo: 2027.	
0 objetivo principal do programa 11.2. Programa de Contratação de Pessoas O objetivo principal do programa é garantir a contratação de pro- fissionais capacitados e alinha- dos com os valores, objetivos e		1. Contratação de 29 especialistas em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais via concurso público. Prazo: 2024;	Diger/Coafi/ CRH
	cultura organizacional da SEI.	 Contratação de 49 servidores via REDA. Prazo: 2024. 	

Objetivo estratégico 12 Dispor de infraestrutura moderna e adequada

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
12.1 Programa do	Tem como objetivo preservar, melhorar e modernizar as instalações, infraestrutura e	1. Reforma das fachadas SEI/ Agerba. Prazo: 2024;	
Reforma e Manutenção da SEI	equipamentos da organização. O programa visa garantir a funcionalidade, eficiência, segurança e bem-estar dos colaboradores,	2. Projeto de novo <i>layout</i> da SEI. Prazo: 2024;	Diger/ Coafi
	além de promover a conformidade com nor- mas e regulamentações.	3. Ajuste de <i>layout</i> das salas da SEI. Prazo: 2024.	
12.2. Programa	É uma iniciativa estratégica destinada a otimizar a gestão dos recursos logísticos da	1. Plano de compras da SEI. Prazo: 2024 a 2027;	Diger/
de Logística Pública da SEI	instituição para melhorar a eficiência opera- cional, reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços prestados.	2. Plano de contratação de serviços da SEI. Prazo: 2024 a 2027.	Coafi



Objetivo estratégico 13 Aperfeiçoar a gestão financeira e orçamentária da SEI

Projetos estratégicos 2024-2027	Descrição/Objetivo	Entregas e prazos	Unidade responsável
13.1. Aprimora- mento da programação	Revisar e alinhar o processo de elaboração anual do orçamento ao Plano de Trabalho Anual (PTA), ao Plano Estratégico Organizacional	Acompanhar a programação e a execução orçamentárias da SEI gerando relatórios mensais. Prazo: mar. 2024;	Diger/ Coafi
orçamentária (PEO), ao Plano Plurianu	(PEO), ao Plano Plurianual (PPA) e aos processos da cadeia de valor da SEI.	2. Elaborar o orçamento do Plano de Trabalho Anual. Prazo: 2024 a 2027.	



Painel de Indicadores e Metas da SEI

O **Painel de Indicadores e Metas** é uma ferramenta de gestão que oferece uma visão rápida e resumida dos indicadores-chave de desempenho e das metas associadas a esses indicadores que serão utilizados para monitorar, acompanhar e avaliar o progresso em direção aos objetivos estabelecidos.

Objetivo estratégico 1

Ampliar o conhecimento sobre a realidade física, ambiental, demográfica, econômica e social da Bahia

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Percentual de pesquisas reali- zadas pela SEI	Mensurar o percentual de pesquisas rea- lizadas pela SEI em relação ao total de pesqui- sas planejadas.	(Somatório de pes- quisas realizadas/ Somatório total de pesquisas planeja- das) x 100	Anual	100%	2024 - 100% 2025 - 100% 2026 - 100% 2027 - 100%

Objetivo estratégico 2

Formular estudos estratégicos para orientar o desenvolvimento da Bahia no médio e longo prazo.

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Percentual de estudos estratégicos realizadas pela SEI	Mensurar o per- centual de estu- dos estratégicos realizados pela SEI em relação ao total de estu- dos estratégicos planejados.	(Somatório de es- tudos estratégicos realizados/Somató- rio total de estudos estratégicos planeja- dos) x 100	Anual	100%	2024 - 100% 2025 - 100% 2026 - 100% 2027 - 100%



Objetivo estratégico 3 Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Percentual de cobertura do território baiano com cartografia temática do uso e cobertura das terras	Mensurar o per- centual da área com cartografia temática do uso e cobertura das terras, realizado em relação à área total do estado.	(Somatório de áreas mapeadas com cobertura de cartografia temática do uso e cobertura das terras/Somatório total de áreas do território baiano) x 100	Semestral	23%	2024.1 - 32% 2024.2 - 41% 2025.1 - 50% 2025.2 - 59% 2026.1 - 68% 2026.2 - 77% 2027.1 - 86% 2027.2 - 100%
Percentual de cobertura do território baiano com cartografia de referência	Mensurar o per- centual da área com cartografia de referência, realizado em re- lação à área total do estado.	(Área mapeada com cobertura de cartografia de referência/Área total do território baiano) x 100	Semestral	67%	2024.1 - 69% 2024.2 - 71% 2025.1 - 73% 2025.2 - 75% 2026.1 - 77% 2026.2 - 79% 2027.1 - 81% 2027.2 - 84%
Razão de limites interestaduais com estudos técnicos realizados em relação ao total de estados limítrofes	Mensurar o nú- mero de estudos técnicos de limi- tes interestaduais realizados.	(Somatório do número de estudos técnicos de limites interestaduais realizados no período de apuração/Somatório do número de estados limítrofes) x 100	Semestral	50%	2024.1 - 56% 2024.2 - 62% 2025.1 - 68% 2025.2 - 74% 2026.1 - 80% 2026.2 - 86% 2027.1 - 92% 2027.2 - 100%
Número de marcos físicos de limites intermunicipais e interestaduais mo- numentalizados	Mensurar o nú- mero de marcos físicos de limites intermunicipais e interestaduais monumentaliza- dos no estado.	Somatório do nú- mero de marcos físicos de limites intermunicipais e interestaduais monumentaliza- dos.	Semestral	0	2024.1 - 125 2024.2 - 250 2025.1 - 375 2025.2 - 500 2026.1 - 625 2026.2 - 750 2027.1 - 875 2027.2 - 1.000



Objetivo estratégico 3 Fortalecer a gestão de informações geográficas e territoriais

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Número de muni- cípios do terri- tório baiano com estudos técnicos de limites intermu- nicipais revisados	Mensurar o nú- mero de municí- pios baianos com estudos técni- cos de limites intermunicipais revisados no estado.	Somatório do número de municípios baianos com estudos técnicos de limites intermunicipais revisados.	Semestral	29	2024.1 - 35 2024.2 - 41 2025.1 - 47 2025.2 - 53 2026.1 - 59 2026.2 - 65 2027.1 - 71 2027.2 - 83
Número de órgãos e entidades esta- duais produtores de geoinformação adeptos à Infraes- trutura de Dados Espaciais do Esta- do da Bahia (IDE)	Mensurar o número de órgãos e entidades esta- duais produtores de geoinformação adeptos à IDEBahia.	Somatório do nú- mero de órgãos e entidades esta- duais produtores de geoinforma- ção adeptos à IDE-Bahia.	Semestral	6	2024.1 - 6 2024.2 - 7 2025.1 - 7 2025.2 - 8 2026.1 - 9 2026.2 - 10 2027.1 - 11 2027.2 - 12

Objetivo estratégico 4 Assessorar o governo do estado na melhoria da tomada de suas decisões

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Número de unidades operacionais e administrativas do governo do estado georre- ferenciadas	Mensurar o nú- mero de unida- des operacionais e administrativas do governo do estado georrefe- renciadas.	Somatório do nú- mero de unidades operacionais e administrativas do governo do estado georreferenciadas no período de apuração.	Semestral	2026	2024.1 - 2.076 2024.2 - 2.126 2025.1 - 2.176 2025.2 - 2.226 2026.1 - 2.276 2026.2 - 2.326 2027.1 - 2.376 2027.2 - 2.500



Objetivo estratégico 5 Ampliar e fortalecer a disseminação do conhecimento técnico-científico e a comunicação com a sociedade

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Número de eventos científicos organi- zados ou coorgani- zados	Mensurar o total de eventos promovidos pela SEI para a difusão do conhecimento científico, que tenham participa- ção de servidores na comissão científica e/ou organizadora.	Total de even- tos científicos organizados ou coorganizados pela SEI no ano de referência.	Anual	8	2024 - 18 2025 - 16 2026 - 16 2027 - 16
Taxa de preserva- ção digital	Mensurar o avan- ço da disponibi- lização de itens em formato digital num único canal para proteção do conhecimento produzido.	(Número de do- cumentos (livros e periódicos) disponíveis em formato digital na Biblioteca Rômulo Almeida/ Número total de documentos [livros e docu- mentos] registra- dos na Biblioteca Rômulo Almeida) x 100	Anual	0%	2024 - 5% 2025 - 10% 2026 - 15% 2027 - 20%
Número de pu- blicações téc- nico-científicas elaboradas pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI)	Mensurar o número de publicações técnico-científicas elaboradas pela Superintendên- cia de Estudos Sociais e Econô- micos (SEI).	Somatório do número de publicações téc- nico-científicas elaboradas.	Anual	205	2024 - 200 2025 - 200 2026 - 200 2027 - 200



Objetivo estratégico 6 Implantar política de integridade pública da SEI

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Percentual de cursos de capacitação sobre ética e integridade do serviço público	Mensurar o per- centual de cur- sos de capacita- ção sobre ética e integridade do serviço público realizados pela SEI.	(Quantidade de cursos de capacitação sobre ética e integridade do serviço público realizados/Quantidade de cursos de capacitação sobre ética e integridade do serviço público planejados) x 100	Anual	0%	2024 - 100% 2025 - 100% 2026 - 100% 2027 - 100%

Objetivo estratégico 7 Implantar a política de governança digital da SEI

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Percentual de base de dados no catálogo da SEI	Medir o número percentual de base de dados catalogadas de acordo com a R.CD Governança de dados.	(Número de bases de dados catalo- gadas / Número de bases de dados existentes) x 100	Anual	0%	2024 - 20% 2025 - 30% 2026 - 60% 2027 - 100%



Objetivo estratégico 8 Fortalecer a governança organizacional da SEI

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Índice de governança pública da SEI	Medir o grau de fortalecimento da governança organizacional por meio da implementação das ações estratégicas (projetos) destinadas a esta finalidade: implementação do monitoramento e avaliação das estratégias organizacionais; consolidação do processo de gestão de riscos na SEI; estabelecimento do modelo de governança em processos; implementação do monitoramento e avaliação dos resultados-chave organizacionais; revisão da estrutura organizacional.	(Somatório do percentual de execução dos projetos estratégicos previstos para o fortalecimento da governança pública/Quantidade de projetos estratégicos previstos para o fortalecimento da governança pública).	Anual	0%	2024 - 20% 2025 - 30% 2026 - 60% 2027 - 100%



Objetivo estratégico 9 Fortalecer e articular a comunicação interna e externa da SEI

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Número de se- guidores em redes sociais	Monitorar o número de seguidores em redes sociais da SEI.	Monitorar o número de seguidores em redes sociais da SEI.	Anual	Inscritos set./23: Youtube - 993 Tweeter - 8 Facebook - 1.200 Instagram - 6.122 Linkedin - 540	2024 Youtube - 1.218 Facebook - 1.320 Instagram - 6.912 Linkedin - 623 2025 Youtube - 1.339 Facebook - 1.452 Instagram - 7.603 Linkedin - 685 2026 Youtube - 1.472 Facebook - 1.597 Instagram - 8.363 Linkedin - 753 2027 Youtube - 1.616 Facebook - 1.756 Instagram - 9.199 Linkedin - 828

Objetivo estratégico 10 Fortalecer a governança de TIC da SEI

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Índice de sucesso das aquisições de soluções de TIC	Monitorar o sucesso na realização das aquisições de soluções de TIC planejadas.	(Número de aqui- sições realizadas/ Número de aqui- sições planeja- dos) x 100	Anual	0%	2024 - 100% 2025 - 100% 2026 - 100% 2027 - 100%



Objetivo Estratégico 11 Adequar a força de trabalho quantitativa e qualitativamente

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Número de servidores capacitados em eventos de treinamento formalmente instituídos	Mensurar o total de servidores capacitados em eventos de capa- citação apoiados pela SEI.	Total de concluin- tes em programas de pós-graduação + Concluintes em programas da ENAP + Concluintes em eventos de curta duração + Total de outros repositórios relevantes.	Anual	0%	2024 - 50 2025 - 60 2026 - 70 2027 - 80

Objetivo estratégico 12

Dispor de infraestrutura moderna e adequada

Indicadores	Finalidade	Fórmula de cálculo	Periodicidade responsável	Linha de base	Metas
Índice de sucesso das reformas	Monitorar o sucesso na realização das reformas plane- jadas.	(Número de reformas realizadas/Número de reformas planeja- das) x 100	Anual	0%	2024 - 100% 2025 - 100% 2026 - 100% 2027 - 100%



REFERÊNCIAS

60

BAHIA. Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 16 dez. 2022. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-14521-2022-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias. Acesso em: 6 mar. 2023.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Glossário Sepege*: manual de conceitos. Versão 2.0-2021. Salvador: Seplan, 2021a. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Glossario_Sepege_2_0_20210218-1.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

BAHIA. Secretaria de Administração do Estado da Bahia. *Relatório de atividades Planeja-mento Estratégico Organizacional (PEO) e Gerenciamento de Projetos (GP)*. Salvador: SAEB, 2022. Disponível em: https://prodeboffice365.sharepoint.com/:b:/s/PlanejamentoEstratgico-SEI/EdC1ry2f_MBKno9MgI4O_f0By89zQf8yuKaI9SvIZV0qYg. Acesso em: 7 mar. 2023.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Organização e gestão do Sepege:* manual de organização. Versão 2.1-2021. Salvador: Seplan, 2021b. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/organizacao_e_gestao_do_sepege_manual_de_organizacao_v_2_1_2021_30062021_1004.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. *Guia técnico de gestão estratégica*. Versão 1.0. Brasília: ME, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/defeso/guia-tecnico-de-gestao-estrategica. Acesso em: 6 mar. 2023.

MATUS. Carlos. O líder sem estado-maior. São Paulo: FUNDAP, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Caderno executivo de projetos da SEI 2022 – 2023*. Salvador: SEI, 2022. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/pdf/caderno-executivo-de-projetos-2022-2023.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Portaria nº 27/2021. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 29 out. 2021a. Disponível em: https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/13080#/p:42/e:13080. Acesso em: 6 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Portaria nº 28/2021. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, 29 out. 2021b. Disponível em: https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/13080#/p:42/e:13080. Acesso em: 6 mar. 2023.

PLANO ESTRATÉGICO DA SEI

REFERÊNCIAS



APÊNDICE I - DEFINIÇÃO DE MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E DE SUPORTE DA SEI

Macroprocessos de governança da SEI (7)

1. Comunicação e relações institucionais

Gestão da comunicação institucional; Gestão da comunicação interna; Gestão de redes sociais; Gestão das relações institucionais nacionais e internacionais; Gestão de relações parlamentares; e Prospecção de recursos financeiros.

1.1. Gestão da comunicação institucional: é o conjunto de estratégias, processos e ações que visam à promoção de uma comunicação efetiva entre a SEI e a sociedade, garantindo transparência, participação e engajamento da população nas políticas públicas. Essa gestão envolve desde a criação e manutenção de canais de comunicação institucionais, como websites, redes sociais, aplicativos e portais, até a elaboração de campanhas publicitárias e informativas, releases, entrevistas e outras formas de contato com a imprensa e a sociedade.

A gestão da comunicação institucional da SEI tem como objetivos principais:

- Divulgar informações e dados relevantes sobre as políticas públicas, programas, projetos e ações do governo;
- Estabelecer canais de diálogo e participação com a sociedade, permitindo a manifestação de opiniões, sugestões e críticas;
- Promover a transparência e o acesso à informação, garantindo o direito da população de conhecer as decisões e ações do governo;
- Fortalecer a imagem institucional da SEI, valorizando as realizações e os avanços nas áreas prioritárias para a sociedade;
- Estimular a participação da sociedade nos processos decisórios e na construção de políticas públicas mais efetivas.

Para a gestão da comunicação institucional, é importante utilizar técnicas de comunicação efetiva, tais como linguagem acessível, visualização de dados, *storytelling* e outras estratégias que possam facilitar a compreensão das informações pelos diversos públicos. Além disso, é fundamental que a gestão da comunicação institucional esteja alinhada com os objetivos estratégicos da autarquia, considerando as demandas da sociedade e buscando aprimorar constantemente os canais e as formas de comunicação com a população.



- 1.2. Gestão da comunicação interna: é o conjunto de estratégias, processos e ações que visam promover uma comunicação efetiva entre os servidores da SEI, contribuindo para o alinhamento das equipes, a melhoria do clima organizacional e a efetividade das políticas públicas. Essa gestão envolve desde a criação e manutenção de canais de comunicação internos, como intranets, newsletters, murais, reuniões e eventos internos, até a elaboração de políticas e diretrizes para a comunicação interna, bem como a capacitação dos servidores em técnicas de comunicação efetiva.
- 1.3. Gestão de redes sociais: é o conjunto de estratégias, processos e ações que visam utilizar as redes sociais como um canal de comunicação e interação entre a SEI e a sociedade. Isso envolve a criação e gestão de perfis institucionais em redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, Linkedin, entre outras, com o objetivo de disseminar informações relevantes para a população, receber feedbacks e sugestões e prestar serviços ao cidadão. A gestão das redes sociais também abrange o monitoramento constante do que é falado sobre a SEI nas redes sociais, a fim de identificar possíveis problemas, avaliar a percepção da sociedade sobre as políticas públicas e atuar de forma rápida e efetiva em situações de crise.

Alguns dos objetivos da gestão das redes sociais na administração pública incluem:

- Fortalecer a transparência e a accountability do governo, divulgando informações relevantes sobre as políticas públicas e os serviços oferecidos;
- Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, prestando atendimento e esclarecendo dúvidas;
- Aumentar a participação da sociedade nos processos decisórios, permitindo a manifestação de opiniões, sugestões e críticas;
- Promover a aproximação entre o governo e a sociedade, estimulando o diálogo e a interação entre as partes;
- Fortalecer a imagem institucional do governo, valorizando as realizações e os avanços nas áreas prioritárias para a sociedade.

Para a gestão das redes sociais na SEI, é fundamental utilizar uma linguagem acessível, clara e objetiva, com o objetivo de garantir a compreensão das informações pelo maior número possível de pessoas.

1.4. Gestão das relações institucionais nacionais e internacionais: envolve a coordenação e o planejamento de ações para a interação entre a SEI e outras organizações ou entidades, sejam elas públicas ou privadas. Essa gestão tem como objetivo estabelecer parcerias, convênios, acordos e outras formas de cooperação que permitam a realização de ações conjuntas em prol do interesse público, bem como garantir o diálogo com setores da sociedade organizada que possam ser afetados pelas políticas públicas.



Entre as atividades relacionadas à gestão das relações institucionais, podemos destacar.

- Identificação dos atores relevantes e mapeamento das relações existentes;
- Elaboração de estratégias para a construção de alianças e coalizões;
- Realização de reuniões, eventos e outras atividades de aproximação com outras instituições e organizações;
- Negociação e celebração de acordos, convênios e parcerias;
- Monitoramento da implementação dos acordos e da relação com as instituições parceiras;
- Avaliação dos resultados alcançados e identificação de oportunidades de melhoria.

A gestão das relações institucionais é fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e para a promoção de uma gestão mais colaborativa e participativa. Além disso, ela pode contribuir para o fortalecimento da imagem institucional da SEI e para o desenvolvimento de uma cultura de diálogo e cooperação entre os diversos atores envolvidos no processo de tomada de decisão.

1.5. Gestão de relações parlamentares: é uma atividade estratégica que tem como objetivo estabelecer um diálogo eficiente entre a SEI e o Poder Legislativo. Essa gestão envolve a interação com os membros do Parlamento nas esferas federal, estadual ou municipal, com o objetivo de negociar, articular e obter apoio para a aprovação de projetos de lei e outras iniciativas do governo.

A gestão das relações parlamentares pode ser realizada por meio de ações que visam ao estreitamento da relação da SEI com os parlamentares, tais como:

- Identificação dos parlamentares e partidos políticos com maior influência nas temáticas de atuação da SEI;
- Mapeamento das demandas dos parlamentares e de suas bases eleitorais, com o objetivo de identificar oportunidades de cooperação;
- Realização de reuniões, eventos e outras atividades de aproximação com os parlamentares e suas equipes;
- Monitoramento das discussões legislativas e proposições em tramitação, para identificação de possíveis obstáculos ou oportunidades de aprovação das iniciativas do governo;
- Estabelecimento de uma estratégia de comunicação eficaz para a divulgação e defesa das iniciativas do governo perante o Parlamento.
- 1.6. Prospecção de recursos financeiros: é uma atividade que envolve a busca por recursos financeiros para viabilizar a execução de projetos e programas governamentais. Essa gestão tem como objetivo identificar oportunidades de captação de recursos e



estabelecer estratégias para a sua obtenção, considerando as diferentes fontes de financiamento disponíveis.

A gestão da prospecção de recursos financeiros envolve diversas atividades, tais como:

- Identificação de fontes de financiamento, tais como emendas parlamentares, fundos setoriais, recursos de organismos internacionais, entre outros;
- Análise de requisitos e critérios de elegibilidade para acesso aos recursos financeiros;
- Elaboração de projetos e propostas para captação de recursos, contemplando a descrição da iniciativa, objetivos, metas, cronograma, orçamento e indicadores de desempenho;
- Articulação com parceiros e stakeholders para viabilização da captação de recursos;
- Negociação com fontes de financiamento para obtenção dos recursos;
- Monitoramento e avaliação da execução dos projetos financiados com o objetivo de demonstrar a efetividade e o impacto dos recursos captados.

2. Planejamento, orçamento e modernização organizacional

Gestão do planejamento estratégico; Gestão orçamentária; Modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções; Gestão da estrutura de governança.

- 2.1. Gestão do planejamento estratégico: envolve a definição de objetivos e metas a serem alcançados pela SEI, a elaboração de planos de ação para alcançá-los e o monitoramento e avaliação constante dos resultados obtidos. O planejamento estratégico é uma ferramenta importante para a gestão pública, pois permite que as organizações definam sua missão, visão e valores, identifiquem as oportunidades e desafios do ambiente externo e interno e estabeleçam prioridades e estratégias para alcançar seus objetivos de longo prazo. Além disso, o planejamento estratégico permite que as organizações públicas sejam mais eficientes e eficazes em sua gestão, garantindo a utilização adequada dos recursos públicos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- 2.2. Gestão orçamentária: envolve o planejamento, a elaboração, a execução e o controle do orçamento público, que é um instrumento de planejamento financeiro e de gestão de recursos públicos. O orçamento público é aprovado anualmente pelo Legislativo e estabelece as receitas e despesas da administração pública para o exercício financeiro seguinte. A gestão orçamentária é responsável por definir as prioridades de investimentos e gastos públicos, controlar as despesas e avaliar a efetividade dos programas e projetos executados pelo governo. O processo de gestão orçamentária inclui a ela-



boração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, a gestão orçamentária também é responsável pela execução orçamentária, o que inclui o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas públicas, bem como pelo acompanhamento e avaliação da execução do orçamento ao longo do exercício financeiro.

- 2.3. Modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções: é uma atividade de gestão de recursos humanos que tem como objetivo estruturar e organizar a administração pública de maneira eficiente e eficaz. Essa modelagem envolve a definição de estruturas organizacionais que descrevem as funções e responsabilidades de cada unidade administrativa, bem como a hierarquia e a distribuição dos cargos e funções dentro da organização. A modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções é importante para a gestão de pessoas na administração pública, pois permite a definição clara de papéis e responsabilidades, bem como a identificação das habilidades e competências necessárias para o desempenho de cada função. Além disso, essa modelagem também pode contribuir para a definição de políticas de remuneração, desenvolvimento de carreira, planejamento de sucessão e gestão de desempenho.
- 2.4. Gestão da estrutura de governança: é o processo de planejamento, organização, direção e controle das estruturas de poder, autoridade e responsabilidade na administração pública. Essa gestão envolve a definição de papéis e responsabilidades para as diversas áreas e níveis de governo, a coordenação das atividades dessas áreas, o estabelecimento de políticas e procedimentos para a tomada de decisões, a gestão do desempenho e a avaliação da eficácia da governança. O objetivo é garantir a eficácia, eficiência e transparência na tomada de decisões e na implementação de políticas e programas governamentais.

3. Gestão estratégica

Gestão do portfólio de produtos e serviços; Gestão do portfólio de projetos e processos; Gestão de riscos; Monitoramento e avaliação da estratégia.

3.1. Gestão do portfólio de produtos e serviços: é uma abordagem que visa identificar, avaliar e gerenciar o conjunto de produtos e serviços oferecidos pela SEI, a fim de garantir que eles atendam aos objetivos estratégicos e às necessidades da sociedade. Essa gestão envolve a análise de diversos aspectos, como demanda, qualidade, eficiência, efetividade, custo-benefício, entre outros, para identificar os produtos e serviços que são prioritários e mais relevantes para a sociedade e para a administração pública. Além disso, a gestão do portfólio de produtos e serviços envolve a definição de metas e indicadores de desempenho, a fim de monitorar e avaliar a efetividade dos serviços prestados, bem como a tomada de decisões sobre investimentos e alocação de recursos para aprimorar a oferta de produtos e serviços da SEI.



- 3.2. Gestão do portfólio de projetos e processos: envolve a definição, priorização, acompanhamento e controle dos projetos e processos realizados pela SEI. Isso inclui a identificação e seleção dos projetos mais relevantes para a organização, alinhados com as estratégias e objetivos institucionais, e a avaliação contínua do desempenho dos projetos e processos em andamento. A gestão do portfólio visa garantir que os recursos disponíveis sejam alocados de forma eficiente e eficaz, maximizando a entrega de valor para a sociedade e promovendo a melhoria contínua dos serviços prestados pela SEI.
- 3.3. Gestão de riscos: é o processo de identificar, avaliar e gerenciar ameaças e oportunidades que possam afetar o cumprimento dos objetivos estratégicos da SEI. Isso envolve a identificação de possíveis riscos, a análise de sua probabilidade e impacto, a definição de estratégias para mitigá-los ou gerenciá-los e a implementação de medidas de controle para minimizar seus efeitos. A gestão de riscos é uma prática importante na administração pública, uma vez que ajuda a garantir a efetividade das políticas e programas governamentais, a proteger os recursos públicos e a promover a transparência e a prestação de contas.
- 3.4. Monitoramento e avaliação da estratégia: é um processo contínuo e sistemático que tem como objetivo verificar se as ações da SEI estão sendo executadas de acordo com o planejado, identificar problemas e oportunidades de melhoria e avaliar os resultados alcançados. Esse processo envolve a coleta, análise e interpretação de informações relevantes para a tomada de decisão com base em indicadores de desempenho definidos previamente. É uma ferramenta essencial para garantir a efetividade das ações da SEI e o cumprimento dos objetivos definidos em seu planejamento estratégico.

4. Transformação digital e inovação

Governança digital; Gestão da transformação digital (estratégia, maturidade digital, plataformas e APIs, tecnologias emergentes); Gestão da inovação com dados (inteligência artificial, análise de dados, dados abertos e compartilhados, governança de dados); Gestão do portfólio de inovação.

- 4.1. Governança digital: é um conceito que envolve a utilização estratégica da tecnologia digital para promover a transformação e a melhoria dos processos, serviços e interações da SEI com seus stakeholders. Ela abrange a governança de TIC e a governança de dados, além de aspectos como a definição de uma visão estratégica digital, a gestão da inovação tecnológica, a proteção de dados pessoais, a segurança cibernética e a participação dos cidadãos.
- **4.2. Gestão da transformação digital:** se refere ao processo de utilização de tecnologias digitais para modernizar e otimizar os serviços públicos prestados pela SEI. Essa transformação busca aprimorar a eficiência, transparência, qualidade e acessibilidade dos



serviços, além de reduzir custos e melhorar a tomada de decisão no setor público. A transformação digital na SEI envolve a adoção de tecnologias e soluções digitais, tais como a inteligência artificial, *big data*, internet das coisas (IoT), nuvem, *blockchain*, entre outras. Essas tecnologias são utilizadas para melhorar os processos de coleta e análise de dados, aprimorar a comunicação entre órgãos públicos com o público em geral, automatizar processos, melhorar a segurança de dados e reduzir a burocracia.

- 4.3. Gestão da inovação com dados: se refere ao processo de utilização de informações e análises de dados para fomentar a inovação no setor público. Essa gestão busca aproveitar os dados e informações disponíveis para gerar novas soluções e melhorias em processos, serviços e políticas públicas. A gestão da inovação com dados na SEI envolve a coleta, análise e interpretação de dados, bem como a utilização de ferramentas e tecnologias de análise de dados e inteligência artificial. A partir dessas informações, é possível identificar tendências, padrões e problemas, além de gerar insights e proposições para novas soluções e aperfeiçoamento das políticas públicas.
- 4.4. Gestão do portfólio de inovação: é um conjunto de projetos e iniciativas da SEI voltado para a criação e implementação de soluções inovadoras nos serviços públicos. Esse portfólio pode ser composto por projetos de diversas áreas, tais como tecnologia da informação, recursos humanos, orçamento, planejamento, entre outras. Entre os projetos que podem compor o portfólio de inovação no âmbito da SEI estão a utilização de inteligência artificial na realização de estudos e pesquisas socioeconômicas e na prestação de serviços públicos, a criação de aplicativos e plataformas para a participação popular e a utilização de tecnologias para aprimorar a gestão de recursos e processos internos do governo.

5. Participação e controle social

Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos; Gestão da transparência ativa; Acesso à informação; Gestão de dados abertos.

- 5.1. Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos: é uma área da administração pública que se concentra na melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão. Isso inclui a identificação das necessidades dos usuários, a definição de padrões de atendimento e a implementação de processos e tecnologias para atender esses padrões. O objetivo é garantir que os serviços públicos sejam prestados de maneira eficiente, eficaz e com foco no cidadão, buscando a satisfação do usuário e a melhoria contínua do serviço prestado.
- **5.2. Gestão da transparência ativa**: é o conjunto de ações realizadas pela SEI para disponibilizar proativamente informações de interesse coletivo ou geral, observando a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Essas informações devem ser divulgadas de forma clara,



objetiva e em linguagem de fácil compreensão, permitindo o acesso amplo e irrestrito da sociedade. Entre as informações que devem ser disponibilizadas, podemos destacar: dados sobre a estrutura organizacional da instituição, informações sobre as receitas e despesas públicas, editais de licitações e contratos celebrados, informações sobre programas e projetos em andamento, entre outras. A gestão da transparência ativa é fundamental para promover a transparência na administração pública, permitindo que a sociedade possa fiscalizar e participar de forma mais efetiva das decisões do governo.

- 5.3. Acesso à informação: envolve a implementação de medidas e procedimentos na SEI para garantir o cumprimento da Lei de Acesso à Informação e o direito dos cidadãos de acessarem informações produzidas e mantidas pelo Estado. Isso inclui a disponibilização de informações em portais de transparência, a garantia de respostas aos pedidos de acesso à informação, a promoção de transparência ativa e a capacitação de servidores para lidar com demandas de acesso à informação. O acesso à informação é o direito que todo cidadão tem de obter informações públicas produzidas ou sob guarda do Estado, de forma transparente e acessível. Esse direito é garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988 e regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que estabelece as regras e procedimentos para o acesso às informações públicas.
- 5.4. Gestão de dados abertos: refere-se ao processo de disponibilizar dados públicos em formatos acessíveis que possam ser reutilizados e redistribuídos livremente pela sociedade. Isso significa que a SEI deve garantir a qualidade, a segurança e a transparência desses dados, permitindo que a sociedade possa utilizá-los para diversos fins, como desenvolvimento de pesquisas, criação de aplicativos e sistemas, tomada de decisões, entre outros. A gestão de dados abertos envolve desde a identificação dos dados que podem ser disponibilizados até a sua publicação em um portal de dados abertos, passando por processos de limpeza, padronização e anonimização, garantindo assim a privacidade e a proteção de dados sensíveis. Além disso, é importante garantir a atualização e a manutenção dos dados disponíveis, para que eles sejam úteis e confiáveis para a sociedade.

6. Controle interno

Gestão de auditorias e fiscalizações; Corregedoria administrativa; Gestão da integridade e da ética pública; Ouvidoria.

6.1. Gestão de auditorias e fiscalizações: tem como objetivo garantir a efetividade, eficiência, eficácia e economicidade dos processos, programas e ações da SEI, bem como o cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis.

A gestão de auditorias e fiscalizações envolve diversas atividades, tais como:

Planejamento e programação de auditorias e fiscalizações;



- Identificação de áreas e processos críticos e vulneráveis à ocorrência de fraudes e irregularidades;
- Realização de auditorias e fiscalizações, por meio de análises documentais, entrevistas, visitas in loco e outros procedimentos;
- Elaboração de relatórios de auditorias e fiscalizações, com identificação de não conformidades e recomendações para correção e melhoria dos processos;
- Acompanhamento e monitoramento da implementação das recomendações e das ações corretivas propostas nos relatórios de auditorias e fiscalizações;
- Registro e gerenciamento de denúncias e irregularidades identificadas para garantir a apuração e correção das ocorrências;
- Comunicação aos órgãos e entidades responsáveis pelas ações corretivas e punitivas, quando necessário.
- **6.2. Corregedoria administrativa:** é responsável por fiscalizar e apurar eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos no exercício de suas funções. A corregedoria tem como função principal a promoção da ética e da integridade no serviço público, com a finalidade de garantir a legalidade, a moralidade e a eficiência na administração.

Entre as atividades da gestão da corregedoria administrativa, destacam-se:

- Recebimento, análise e investigação de denúncias de irregularidades cometidas por servidores públicos;
- Apuração de infrações administrativas disciplinares e aplicação das sanções previstas em lei;
- Acompanhamento de processos disciplinares instaurados contra servidores públicos;
- Orientação e capacitação dos servidores públicos sobre ética e integridade no serviço público;
- Promoção de ações de prevenção e combate à corrupção;
- Elaboração de relatórios e estatísticas sobre as atividades realizadas.
- 6.3. Gestão da integridade e da ética pública: tem como objetivo principal promover a ética, a transparência, a responsabilidade e a accountability na gestão dos recursos públicos. Trata-se de um conjunto de práticas e mecanismos que visam garantir que os processos e decisões governamentais sejam realizados com integridade, lisura e eficiência.

Entre as atividades da gestão da integridade pública, destacam-se:

- Elaboração e implantação de políticas e programas de integridade e compliance;
- Promoção da ética e da transparência na gestão pública;



- Prevenção e combate à corrupção e a outras formas de ilicitude;
- Desenvolvimento e aplicação de mecanismos de controle interno e externo;
- Fortalecimento da accountability e da participação social;
- Capacitação e treinamento de servidores públicos e gestores sobre temas relacionados à integridade e à gestão pública.
- 6.4. Ouvidoria: é um conjunto de práticas e processos que visam aperfeiçoar o diálogo e a comunicação entre o governo e os cidadãos, por meio da escuta ativa, tratamento e resposta a demandas, sugestões, elogios e reclamações. A ouvidoria é um canal de comunicação que permite aos cidadãos expressarem suas opiniões, críticas e sugestões sobre os serviços públicos, assim como relatarem possíveis irregularidades ou ilegalidades cometidas por agentes públicos. A gestão da ouvidoria é importante para que os problemas apresentados sejam tratados de forma eficiente e transparente, de modo que os cidadãos tenham suas demandas atendidas e possam confiar no governo.

Entre as atividades da gestão da ouvidoria, destacam-se:

- Recebimento de demandas, sugestões, elogios e reclamações dos cidadãos;
- Análise, registro e encaminhamento das demandas para as áreas responsáveis;
- Monitoramento e acompanhamento das respostas dadas aos cidadãos;
- Análise dos resultados obtidos e elaboração de relatórios;
- Promoção de ações de transparência e comunicação com a sociedade.

7. Assessoria técnica

Assessoramento técnico; Análise e instrução processual para celebração de contratos administrativos; Gestão de contratos e convênios/acordos de cooperação técnica; Análise e instrução processual visando à solução de litígios administrativos.

- 7.1. O assessoramento técnico refere-se à prestação de orientação, conhecimento especializado e suporte por profissionais altamente qualificados em uma determinada área. Esse tipo de assessoria visa oferecer *insights*, recomendações e informações baseadas em evidências para auxiliar a SEI na tomada de decisões, resolução de problemas complexos ou implementação de projetos específicos.
- 7.2. A análise e instrução processual para celebração de contratos administrativos envolve um conjunto de procedimentos detalhados para avaliar, planejar e orientar a celebração de contratos entre a SEI e fornecedores. Isso inclui a revisão de requisitos, a análise da legislação vigente, a definição de termos e condições contratuais, a avaliação da viabilidade financeira e a elaboração de documentos necessários. O objetivo é garantir que a celebração do contrato seja realizada de maneira transparente, legal e benéfica para ambas as partes envolvidas.



- 7.3. A gestão de contratos e convênios/acordos de cooperação técnica envolve a administração eficiente e eficaz dos termos e condições estabelecidos em contratos entre diferentes partes. Isso inclui monitorar o cumprimento das obrigações contratadas, garantir o fluxo adequado de informações e recursos, resolver eventuais problemas ou disputas e garantir que os objetivos acordados sejam alcançados. No caso de convênios ou acordos de cooperação técnica, a gestão visa coordenar a colaboração entre organizações ou entidades com objetivos comuns, buscando otimizar o uso dos recursos e maximizar os resultados conjuntos.
- 7.4. A análise e instrução processual para solução de litígios administrativos consistem em avaliar e guiar procedimentos para resolver disputas ou conflitos que envolvem entidades governamentais, fornecedores, cidadãos ou outras partes. Isso pode incluir a análise das bases legais, a coleta e avaliação de evidências, a identificação de alternativas de resolução, como negociação ou mediação, e a preparação de documentação necessária para procedimentos legais. O objetivo é buscar uma solução justa e legal para as disputas, evitando litígios prolongados e promovendo a transparência e a confiança nas relações administrativas.



Macroprocessos de suporte da SEI (5)

- Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)
 - Governança de TIC; Contratação de bens e serviços de TIC; Desenvolvimento de sistemas de informação e automatização de processos; Gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC; Suporte técnico, operacional; e serviços de TIC.
 - 1.1. Governança de TIC: é um conjunto de práticas e processos que visam garantir a efetiva utilização da tecnologia de informação e comunicação de forma estratégica e alinhada aos objetivos institucionais da SEI. Essas práticas envolvem a gestão dos investimentos em tecnologia, o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. A governança de TIC é importante para aumentar a eficiência e eficácia dos serviços públicos, reduzir custos e garantir a transparência e a prestação de contas. Além disso, a governança de TIC é fundamental para garantir a segurança da informação e das comunicações, proteger a privacidade dos cidadãos e garantir o cumprimento das normas e regulamentações aplicáveis. As práticas de governança de TIC incluem a elaboração de planos estratégicos de TIC, a definição de políticas e normas de segurança da informação e comunicações, a criação de comitês e grupos de trabalho para decisões em TIC, a realização de auditorias e avaliações regulares da infraestrutura de TIC, a implementação de sistemas de gestão de projetos de TIC e outras ações que visam aprimorar a governança de TIC na administração pública.
 - **1.2. Contratação de bens e serviços de TIC:** é um processo de aquisição de produtos e serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação, tais como equipamentos de informática, *softwares*, serviços de telecomunicações, serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, entre outros.
 - 1.3. Desenvolvimento de sistemas de informação e automatização de processos: são estratégias utilizadas para modernizar e tornar mais eficiente a gestão de processos e serviços públicos. Essas estratégias envolvem a criação, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados que possam automatizar atividades, processos e procedimentos, reduzindo custos, melhorando a qualidade dos serviços e aumentando a transparência na gestão pública.
 - 1.4. Gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC: se refere ao gerenciamento dos recursos tecnológicos e de rede que permitem a comunicação e troca de informações entre os diferentes setores e órgãos públicos. Esses recursos incluem desde a infraestrutura de hardware e software até a gestão de redes de telecomunicações, servidores, sistemas de armazenamento de dados, entre outros. Para gerenciar a infraestrutura tecnológica e redes de TIC, é necessário contar com profissionais capacitados e com o uso de ferramentas adequadas,



como *softwares* de gerenciamento de redes e sistemas de monitoramento de desempenho. É importante também ter uma política clara de segurança da informação, definindo medidas de prevenção e detecção de ameaças e vulnerabilidades, além de planos de contingência em caso de falhas ou ataques.

1.5. Suporte técnico, operacional e serviços de TIC: são atividades e serviços relacionados à manutenção, reparação, configuração e atualização de sistemas, equipamentos e redes de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Esses serviços são essenciais para garantir o bom funcionamento e a disponibilidade dos sistemas e equipamentos utilizados pela SEI, bem como para prestar suporte aos usuários que utilizam esses recursos. O suporte técnico refere-se ao atendimento prestado por profissionais capacitados em TIC para solucionar problemas técnicos relacionados aos sistemas, equipamentos ou redes. Esse suporte pode ser prestado de forma presencial ou remota, através de chamados e atendimentos agendados. O suporte operacional é responsável por realizar as atividades de rotina de manutenção preventiva, configuração, atualização e instalação de softwares, equipamentos e sistemas de TIC. Esse suporte é fundamental para garantir que os sistemas estejam atualizados e funcionando corretamente, minimizando a ocorrência de falhas e interrupções nos serviços públicos. Os serviços de TIC incluem atividades como a gestão de servidores, banco de dados, redes de telecomunicações e segurança da informação.

2. Gestão do conhecimento

Gestão da memória institucional; Gestão documental; Gestão de dados; Gestão do conhecimento; Gestão da segurança da informação e das comunicações.

2.1. Gestão da memória institucional: é um conjunto de práticas e processos que visam preservar, valorizar e difundir a história, cultura e memória da SEI. Essa gestão envolve a identificação, coleta, organização, conservação e disseminação dos documentos e informações produzidos pela instituição ao longo do tempo. A gestão da memória institucional é importante para a preservação da identidade e da história da SEI, além de ser uma ferramenta para a transparência e accountability, possibilitando a avaliação da trajetória e do desempenho da instituição. Também pode contribuir para a criação de uma cultura de respeito e valorização da memória e do patrimônio cultural. As práticas de gestão da memória institucional incluem a identificação e seleção de documentos e informações relevantes para a preservação, a organização e descrição desses materiais, a criação de sistemas e instrumentos de pesquisa e acesso às informações, a elaboração de políticas e programas de preservação e difusão da memória institucional, a promoção de eventos e atividades culturais e outras ações que visam à preservação e valorização da memória institucional.



- 2.2. Gestão documental: é um conjunto de práticas e procedimentos que visam à organização, ao controle e à preservação dos documentos produzidos e recebidos pela SEI durante o exercício de suas atividades. A gestão documental é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a efetividade da administração pública, além de assegurar a proteção dos direitos e interesses dos cidadãos. Entre as atividades realizadas na gestão documental estão: a identificação e a classificação dos documentos, a definição de prazos de guarda e destinação final dos documentos, a criação e implementação de políticas de preservação dos documentos de valor permanente, a padronização de formatos e metadados dos documentos, a criação de sistemas de controle de acesso e de privacidade dos documentos, entre outras. A gestão documental é regulamentada pela legislação brasileira, como a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991), o Decreto nº 10.278/2020 (que institui a Política Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Executivo Federal), a Norma Brasileira de Gestão de Documentos (ABNT NBR ISO 15489-1) e outras normas específicas de cada esfera de governo.
- 2.3. Gestão de dados: é um conjunto de práticas e processos que visam garantir a qualidade, a integridade, a segurança e a privacidade dos dados utilizados pela SEI. Isso envolve a coleta, armazenamento, processamento, compartilhamento e análise de dados para apoiar a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas públicas. A gestão de dados é importante para melhorar a eficiência e eficácia da administração pública, bem como para aumentar a transparência e a prestação de contas. Além disso, a gestão de dados é fundamental para a implementação de políticas de proteção de dados pessoais, garantindo que as informações pessoais dos cidadãos sejam tratadas de forma adequada e segura. As práticas de gestão de dados incluem a definição de padrões e normas para coleta e armazenamento de dados, a criação de sistemas de gerenciamento de bancos de dados, a utilização de tecnologias de segurança da informação para proteger os dados, a implementação de políticas de privacidade e proteção de dados, a criação de indicadores e métricas para monitorar a qualidade dos dados, e outras ações que visam aprimorar a gestão de dados na administração pública. A gestão de dados é regulamentada pela legislação brasileira, a exemplo da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), além de outras normas específicas de cada esfera de governo.
- 2.4. Gestão do conhecimento: é um conjunto de práticas e processos que visam gerenciar o conhecimento tácito e explícito dos funcionários e das instituições públicas em geral, para melhorar a eficiência, eficácia e inovação da administração pública. Essa gestão envolve a identificação, captura, armazenamento, compartilhamento, distribuição e utilização do conhecimento organizacional, bem como a criação de um ambiente que facilite a aprendizagem e a disseminação do conhecimento. O objetivo é desenvolver



uma cultura de aprendizado contínuo, onde os funcionários possam compartilhar suas experiências, conhecimentos e melhores práticas para melhorar os resultados e o desempenho da organização. As práticas de gestão do conhecimento incluem a criação de comunidades de prática, o compartilhamento de boas práticas, a utilização de tecnologias da informação e comunicação para facilitar a colaboração, a criação de bases de conhecimento, a realização de treinamentos e capacitações, e outras atividades que visam à criação e transferência de conhecimento.

2.5. Gestão da segurança da informação e das comunicações: é um conjunto de práticas e processos que visam garantir a proteção, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações e comunicações utilizadas pela SEI. Isso envolve a implementação de políticas, procedimentos, tecnologias e treinamentos que visam mitigar riscos de segurança da informação e comunicações. A gestão da segurança da informação e das comunicações é importante para proteger informações sensíveis e confidenciais, como informações pessoais de cidadãos, segredos comerciais e informações estratégicas de segurança nacional. Além disso, a gestão da segurança da informação e das comunicações é fundamental para manter a confiança do público na administração pública, pois os cidadãos esperam que suas informações sejam mantidas seguras e privadas. As práticas de gestão da segurança da informação e das comunicações incluem a implementação de sistemas de autenticação e autorização, a utilização de criptografia para proteger dados sensíveis, a implementação de tecnologias de detecção de ameaças e prevenção de ataques, a realização de auditorias de segurança regularmente, a elaboração de planos de continuidade de negócios, a criação de políticas de segurança da informação e comunicações e outras ações que visam aprimorar a segurança das informações e comunicações na administração pública. A gestão da segurança da informação e das comunicações é regulamentada pela legislação brasileira, com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

3. Gestão de pessoas

Planejar a necessidade de pessoal; Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas; Gerenciar o desempenho de pessoas; Desenvolver pessoas; Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho; Administrar sistemas de informação de pessoal.

3.1. O planejamento da necessidade de pessoal é o processo de avaliar as demandas atuais e futuras da SEI em relação a recursos humanos. Isso envolve a análise de cargos, funções, projetos e metas organizacionais para determinar quantos e quais tipos de fun-



cionários serão necessários em um determinado período. O objetivo é assegurar que a organização tenha a quantidade adequada de pessoal com as habilidades certas para alcançar seus objetivos de forma eficiente.

- 3.2. O gerenciamento do recrutamento e seleção de pessoas envolve o planejamento, execução e supervisão das atividades relacionadas à aquisição de novos colaboradores. Isso inclui identificar fontes de recrutamento, elaborar descrições de cargos, conduzir entrevistas, avaliar candidatos e tomar decisões informadas para selecionar os melhores talentos que atendam aos requisitos da organização.
- **3.3. O gerenciamento do desempenho de pessoas** é o processo contínuo de estabelecer metas, avaliar o desempenho, fornecer *feedback* e criar planos de desenvolvimento para os funcionários. Isso visa melhorar a eficácia, a eficiência e o desenvolvimento individual, alinhando as contribuições dos colaboradores com os objetivos da organização.
- 3.4. O desenvolvimento de pessoas envolve a criação e implementação de programas e oportunidades de treinamento e capacitação para aprimorar as habilidades, conhecimentos e competências dos funcionários. Isso pode incluir treinamentos técnicos, desenvolvimento de liderança, programas de educação continuada e outras atividades que contribuam para o crescimento profissional dos colaboradores.
- 3.5. Promover a qualidade de vida e a saúde no trabalho envolve a criação de um ambiente de trabalho saudável e equilibrado que leve em consideração o bem-estar físico, mental e emocional dos funcionários. Isso pode incluir iniciativas para redução de estresse, promoção de hábitos saudáveis, programas de incentivo à atividade física e políticas de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.
- 3.6. A administração de sistemas de informação de pessoal envolve a gestão de bancos de dados e sistemas que armazenam informações sobre os funcionários da SEI. Isso inclui dados como registros de emprego, históricos salariais, benefícios, avaliações de desempenho e outras informações relevantes para o gerenciamento dos recursos humanos. A administração eficaz desses sistemas ajuda a tomar decisões informadas e a manter registros precisos.

4. Gestão da logística pública e infraestrutura

Planejamento das aquisições e contratações; Gestão da aquisição de bens e serviços; Gestão de serviços internos e de infraestrutura; Gestão logística de suprimentos e materiais; Gestão de bens e patrimônio.

4.1. Planejamento das aquisições e contratações: envolve a elaboração de um conjunto de estratégias e ações para a aquisição de bens e serviços necessários ao cumprimento das atividades e objetivos da SEI. O planejamento deve levar em conta diversos fatores, como as necessidades da instituição, o orçamento disponível, a le-



gislação aplicável, o mercado fornecedor, as formas de contratação possíveis, os prazos envolvidos, entre outros. Além disso, é importante que seja elaborado com antecedência suficiente para permitir a realização de todas as etapas do processo de aquisição e contratação de forma adequada.

- 4.2. Gestão da aquisição de bens e serviços: é o processo de planejar, executar e controlar a compra de produtos e serviços necessários para a realização das atividades da SEI. Essa gestão envolve a identificação das necessidades, a definição de requisitos técnicos, a seleção de fornecedores, a negociação de preços e condições contratuais, a contratação, o acompanhamento da execução do contrato e a fiscalização do cumprimento das obrigações contratadas. Todo esse processo deve ser conduzido com base na legislação e nas normas específicas para a contratação de bens e serviços pela administração pública, visando garantir a transparência, a eficiência e a legalidade das aquisições realizadas.
- 4.3. Gestão de serviços internos e de infraestrutura: a gestão de serviços internos envolve a gestão de serviços e processos que são necessários para o funcionamento interno da SEI, visando garantir a eficiência e eficácia dos serviços prestados à população. Esses serviços podem incluir, por exemplo, a gestão de recursos humanos, a gestão financeira e orçamentária, a gestão de materiais e patrimônio, a gestão de tecnologia da informação, entre outros. A gestão de infraestrutura se refere ao gerenciamento dos recursos físicos, tecnológicos e humanos necessários para garantir o funcionamento adequado das instalações e serviços prestados pela SEI. Isso inclui a manutenção predial, elétrica e hidráulica. O objetivo é garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados aos cidadãos, bem como a segurança e o conforto dos servidores.
- 4.4. Gestão logística de suprimentos e materiais: é responsável pelo planejamento, aquisição, armazenagem e distribuição de bens e serviços necessários ao funcionamento da SEI. Esse processo envolve atividades como a identificação das necessidades de compra, a definição das especificações técnicas dos produtos e serviços, a cotação de preços, a negociação com fornecedores, o controle de estoques, a gestão de contratos e a distribuição dos itens adquiridos. O objetivo da gestão logística é garantir que os recursos estejam disponíveis no momento adequado, na quantidade e qualidade requeridas, ao menor custo possível e com a máxima eficiência operacional.
- **4.5. Gestão de bens e patrimônio:** responsável por gerenciar os bens e equipamentos pertencentes à SEI. Isso inclui desde a aquisição e distribuição desses bens até a manutenção, controle e descarte de itens que já não são mais úteis.

5. Gestão financeira, contábil e de custos

Programação financeira; Gestão financeira; Gestão contábil; Gestão de custos; Gestão das transferências; Prestação de contas.



- 5.1. Gestão financeira e contábil: se refere ao conjunto de ações e medidas destinadas a administrar os recursos financeiros da SEI. Essa gestão abrange a elaboração e execução do orçamento, a gestão do fluxo de caixa, o controle das despesas e receitas, a elaboração de relatórios financeiros, a elaboração dos balanços e demonstrativos contábeis, entre outras atividades que visam garantir a sustentabilidade financeira da SEI e o cumprimento das obrigações legais e constitucionais.
- 5.2. Gestão de custos: se refere ao processo de identificação, mensuração e análise dos gastos realizados para a execução de políticas públicas e prestação de serviços à população. Isso envolve a avaliação dos custos dos insumos, dos processos e dos produtos, bem como a definição de estratégias para a redução e otimização dos gastos, com o objetivo de garantir a eficiência e efetividade do uso dos recursos públicos.
- 5.3. Gestão das transferências: é o conjunto de atividades voltadas para o gerenciamento dos repasses de recursos financeiros realizados pelos entes federativos, instituições públicas, organizações não governamentais, empresas etc. Essas transferências podem ocorrer por meio de convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, entre outros instrumentos. A gestão das transferências envolve desde o planejamento da aplicação dos recursos até o acompanhamento da execução das ações financiadas, bem como a avaliação dos resultados alcançados.
- 5.4. Prestação de contas: abrange desde a divulgação de informações sobre a arrecadação e a destinação dos recursos públicos até a apresentação de relatórios de gestão, balanços e demonstrativos contábeis, além de outras informações e documentos que permitam avaliar o desempenho da administração pública. É uma obrigação constitucional e legal de todos os gestores públicos e deve ser realizada de forma clara, objetiva e periódica.



APÊNDICE II - ANÁLISE EXTERNA E INTERNA DA SEI

(continua)

Análise externa da SEI segundo fatores políticos, econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e legais

Fatores	Oportunidades	Ameaças
	Aprovação de políticas públicas que estimulem a produção e disseminação de conhecimento científico;	Mudanças frequentes nas políticas públicas que afetem a SEI;
Políticos - Quais	Regulamentação do marco legal de CT&I na Bahia;	Influência política na definição das agendas de pesquisa da SEI;
fatores políticos sinalizam oportuni-	Participação da SEI em fóruns e conselhos que discutem políticas públicas;	Instabilidade política que afete o funcionamento da SEI;
dades ou ameaças na realização da missão e na cons-	4. Incentivo à participação cidadã na construção e avaliação das políticas públicas;	4. Quantitativo insuficiente de servidores;
trução de visão de futuro da SEI?	5. Fortalecimento da autonomia e independência da SEI;	5. Quadro de pessoal com maior número de servidores comissionados do que de servidores efetivos de carreira;
	6. Ampliação das relações institucionais da SEI no âmbito nacional e internacional e com outros órgãos e entidades da administração pública.	6. Possibilidade de fusão da SEI com a Seplan ou extinção da autarquia em alguma reforma administrativa.
	Acesso a recursos financeiros para investimentos em novas tecnologias;	Instabilidade econômica que afete os investimentos em ciência e tecnologia;
	Criação de fundos de investimento em ciência e tecnologia;	Dependência de recursos financeiros governamentais sujeitos a contingenciamento ou cortes;
	Ampliação de oportunidades de financiamento por meio de editais e chamadas públicas;	3. Diminuição dos recursos financeiros destinados à SEI;
Econômicos - Quais fatores econômicos	4. Parcerias público-privadas para fomento à pesquisa e desenvolvimento;	4. Atraso no repasse de verbas para a SEI;
sinalizam oportuni- dades ou ameaças	5. Aumento do orçamento destinado à ciência e tecnologia;	5. Dificuldades em firmar parcerias com empresas privadas;
na realização da missão e na cons- trucão de visão de	6. Transformação da SEI em ICT, o que pode ocasionar uma maior facilidade de atração de investimentos;	Concorrência por recursos financeiros com outras instituições de pesquisa;
futuro da SEI?	7. Cenário de governos federal e estadual alinhados em muitas questões	7. Dificuldades para a captação de recursos;
	estratégicas, o que pode favorecer a atração de recursos para a autarquia investir em mais estudos, projetos e em tecnologia.	Fontes de financiamento nem sempre disponíveis;
		9. Baixa qualificação do corpo técnico para a elaboração de propostas que atendam às exigências editalícias de captação de recursos.



(continuação)

Análise externa da SEI segundo fatores políticos, econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e legais

Fatores	Oportunidades	Ameaças
	Valorização da ciência e do conhecimento científico pela sociedade;	Falta de interesse da sociedade em assuntos científicos;
	Maior participação da sociedade na definição das políticas públicas;	Dificuldade em comunicar de forma eficaz as descobertas científicas para a sociedade;
	Ampliação do acesso à informação científica pela sociedade em geral;	Polêmicas envolvendo a pesquisa científica que afetem a imagem da SEI;
Sociais - Quais	Fortalecimento de redes colaborativas para produção e disseminação de conhecimento científico;	Conflitos de interesse entre diferentes grupos da sociedade;
fatores sociais sina- lizam oportunidades ou ameaças na re-	 Aumento da demanda por informações científicas para subsidiar a tomada de decisão em políticas públicas; 	5. Restrições impostas por grupos religiosos ou ideológicos que afetem a pesquisa científica;
alização da missão e na construção de visão de futuro da	6. Ampliar o acesso à informação para atender diferentes tipos de usuários;	 Disseminação de fake news e outras comunicações sem respaldo científico na sociedade;
SEI?	7. Confiabilidade social que a SEI goza pela qualidade técnico-científica do que produz;	7. Pobreza, baixa escolaridade e outros fenômenos sociais que dificultam a compreensão ou assimilação do que a SEI produz;
	Aptidão e expertise da SEI para a formação de redes colaborativas com representação nas mais diversas instituições, a exemplo da rede SEIColab;	8. Restrições de acesso aos conteúdos produzidos pela SEI em razão da linguagem
	Referência positiva de que a SEI goza no meio acadêmico docente, discente e em face a muitas ONGs e empresas privadas.	utilizada.



Análise externa da SEI segundo fatores políticos, econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e legais

Fatores	Oportunidades	Ameaças
	Ampliação do acesso a bancos de dados e outras fontes de informações científicas;	Restrições ao acesso a dados e informações científicas;
	Parcerias com entes governamentais e instituições de pesquisa e ensino para ampliar o acesso ao conhecimento científico;	Polêmicas envolvendo pesquisas científicas que afetem a credibilidade da SEI;
	Realização de eventos científicos para divulgação de pesquisas e debates sobre temas relevantes;	Limitações tecnológicas que dificultem a produção e disseminação de informações científicas;
Científicos - Quais fatores científicos sinalizam oportuni-	4. Participação em redes de colaboração científica, o que pode trazer novas perspectivas, parcerias e recursos para a SEI;	4. Dificuldade em formar equipes qualificadas para a realização de pesquisas;
dades ou ameaças na realização da missão e na cons- trução de visão de	 Interação com outros setores da sociedade, como empresas, ONGs e movimentos sociais, para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas; 	5. Elevado tempo para a formalização de parcerias técnicas.
futuro da SEI?	Realização de estudos e pesquisas sobre temas emergentes ou pouco explorados que possam gerar conhecimento e impacto na sociedade;	6. Número de doutores aquém do necessário para uma instituição de ciência, tecnologia e inovação;
	7. Qualidade e confiabilidade dos produtos e serviços que a SEI gera para a sociedade;	7. Baixo investimento na qualificação pós- graduada do quadro funcional da autarquia;
	8. Ligação estreita e respeitosa mútua com as universidades e instituições outras de ensino/pesquisa;	8. Pouco investimento em qualificação do corpo técnico;
	9. Corpo técnico, embora reduzido, qualificado.	9. Baixo investimento na participação do corpo técnico em eventos acadêmicos e técnicos.



(conclusão)

Análise externa da SEI segundo fatores políticos, econômicos, sociais, científicos, tecnológicos e legais

Fatores	Oportunidades	Ameaças
	Desenvolvimento de novas tecnologias que facilitem a produção e disseminação de informações científicas;	Dependência de tecnologias que podem ficar obsoletas rapidamente;
	Utilização de plataformas digitais para divulgação de pesquisas e informações científicas;	Falhas em sistemas tecnológicos que afetem a coleta e análise de dados;
Tecnológicos - Quais	 Utilização de inteligência artificial e aprendizado de máquina para análise de dados; 	3. Restrições impostas por questões de segurança e privacidade de dados;
fatores tecnológicos sinalizam oportuni- dades ou ameaças na realização da	 Utilização de tecnologias de realidade virtual para a realização de experimentos e simulações; 	Concorrência por recursos tecnológicos com outras instituições de pesquisa;
missão e na cons- trução de visão de futuro da SEI?	5. Utilização de tecnologias da internet das coisas para coleta de dados;	Dificuldade em formar equipes qualificadas para lidar com tecnologias complexas;
futuro da SEI?	6. Opções de armazenamento em nuvem para dados, mantendo as informações em segurança;	6. Vulnerabilidade a ameaças cibernéticas, como ataques de <i>hackers</i> , vírus e <i>malwares</i> ;
	7. Transformação da SEI em ICT e criação do seu NIT;	 Inexperiência da SEI na área de tecnologia como um todo (na criação, inovação e pesquisa aplicada);
	Excelente relação da SEI com a SECTI e outras instituições de referência na área, tais como: IBGE, IPEA, FJP, Fiocruz etc.	Quadro funcional carente de experiências e formações específicas em tecnologia e inovação.
	 Criação de leis e normas que estimulem a produção e disseminação de informações científicas; 	Restrições legais que impeçam ou dificultem a realização de pesquisas científicas;
	Proteção legal de pesquisas e desenvolvimentos realizados pela SEI;	2. Mudanças frequentes na legislação que afetem a SEI;
Legais - Quais fato- res legais sinalizam oportunidades ou ameaças na realiza- ção da missão e na construção de visão de futuro da SEI?	Criação de mecanismos legais para garantir a independência e autonomia da SEI.	3. Litígios e disputas legais que envolvam a SEI;
	4. Reformulação do regimento da SEI para reestruturar os objetivos institucionais, modernizar as diretorias, outros setores e valorizar mais o corpo funcional da autarquia;	Dificuldades em lidar com a burocracia e os trâmites legais;
	5. Criação de uma APG ou núcleo	5. Regimento Interno da autarquia desatualizado em alguns sentidos, carecendo de modernização e atualização;
	estratégico permanente de gestão, monitoramento e avaliação.	6. Símbolos dos cargos comissionados com desequiparação salarial, para funções idênticas, em comparação a outras autarquias do estado da Bahia.



(continua)

Macrofunção: comunicação e relações institucionais	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Funções Gestão da comunicação	 Credibilidade nas pesquisas e informações; Possui penetração e alcance no mercado; Apoio da direção para contratação de consultoria para estudo/avaliação/criação da política e planos de comunicação. 	Pontos fracos 1. Ausência de uma política de comunicação institucional, o que pode levar à dispersão das mensagens e dificuldade de construção de uma imagem positiva; 2. Falta de alinhamento entre as áreas da instituição, o que pode prejudicar a credibilidade; 3. Dificuldade de identificar as necessidades e expectativas do público-alvo, o que pode levar a uma comunicação pouco efetiva e pouco relevante para os destinatários; 4. Arquitetura do site - público tem dificuldade de encontrar informações;
		 5. Falta de um profissional exclusivo para gerenciar o portal (site) e seus produtos; 6. Ascom - falta de mais um jornalista para acompanhar as ações dos diretores em reuniões e eventos;
institucional		7. Deficiência quanto a ferramentas para rastrear e/ou monitorar os resultados de divulgação dos produtos;
		Baixo engajamento dos colaboradores da SEI com os conteúdos das redes sociais da autarquia;
		Número de profissionais insuficiente: editoria/Ascom/eventos/criação audiovisual
		10. Acúmulo de funções - Ascom: gestão de redes/assessoria de imprensa/eventos;
		11. Falta de uma análise da identidade institucional da SEI para padronização dos relatórios/boletins plataformas/ revistas;
		12. Publicações de revistas em atraso (revisão/editoração externa). Credenciamento em processo.



Macrofunção: comunicação e relações institucionais	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão da comunicação interna	 Colaboradores comprometidos em dar respostas em tempo hábil às demandas; A comunicação interpessoal entre os setores e intrassetores tem um clima favorável, assim como entre as diretorias/coordenações e colaboradores. 	 Falta de uma política de comunicação interna que promova a integração e o sentimento de pertencimento; Falta de incentivos ao desenvolvimento pessoal e a perspectiva de ascensão na organização; Falta de uma pesquisa de clima organizacional para colher as expectativas dos colaboradores.
Gestão de redes sociais	 Potencial de alcance de muitas pessoas, permitindo que a SEI possa se comunicar com um público amplo e diversificado; Aumento de engajamento do público e de visualizações, fomentando a participação em iniciativas e projetos promovidos pela SEI; Facilidade de disseminação de informações, possibilitando a rápida divulgação de notícias e avisos relevantes; Possibilidade de interação com o público, permitindo o recebimento de feedbacks e sugestões que podem contribuir para o aprimoramento das atividades e serviços prestados pela SEI. 	 Falta de meios para escalonar e/ou manter campanhas nas redes sociais; Poucos técnicos especializados em comunicação e marketing digital, para garantir a qualidade das publicações e o engajamento do público; Falta de estúdio para produção de produtos audiovisuais; Falta de padronização entre as mídias sociais existentes no Instagram (SEIcolab e SEI); Ausência de monitoramento constante, a fim de garantir que as informações e interações veiculadas sejam adequadas e estejam em conformidade com as políticas e normas da SEI; Dificuldade em mensurar o impacto das ações de comunicação nas redes sociais, já que os resultados são intangíveis e de difícil mensuração.
Gestão das relações institu- cionais nacionais e interna- cionais	 Habilidade em estabelecer e manter relacionamentos com instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais; Capacidade de promover a SEI e suas políticas em diferentes fóruns estaduais e nacionais; Habilidade em negociar acordos e parcerias com instituições nacionais e internacionais que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos da SEI. 	 Falta de uma unidade responsável pelas relações institucionais da SEI; Falta de planejamento estratégico e de definição clara de objetivos e metas na área de relações institucionais; Falta de recursos humanos e materiais dedicados exclusivamente à área de relações institucionais; Falta de conhecimento sobre as políticas e demandas de diferentes instituições nacionais e internacionais; Falta de capacitação e treinamento específico em relações institucionais; Falta de conhecimento acerca das normas e procedimentos de relações internacionais e protocolos diplomáticos; Baixa capacidade em comunicar-se em diferentes idiomas.



Macrofunção: comunicação e relações institucionais	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão de relações parlamen- tares	1. Expertise técnica em relação ao funcionamento do sistema político e das instituições parlamentares; 2. Conhecimento dos processos legislativos e dos procedimentos burocráticos para a aprovação de projetos de lei; 3. Habilidade em estabelecer e manter relações interpessoais com parlamentares e suas equipes, visando à defesa dos interesses da SEI; 4. Conhecimento da legislação e das regras internas da Assembleia Legislativa estadual e das câmaras municipais.	 Baixa capacidade de influenciar a agenda legislativa e a formação de opinião dos parlamentares; Dificuldade em lidar com a complexidade e dinamicidade do ambiente político; Falta de capacitação e treinamento para lidar com as demandas e exigências dos parlamentares; Ausência de instrumentos de informação como agenda de contatos de parlamentares e dirigentes de órgãos e entidades da administração pública e da agenda de visitas institucionais.
Prospecção de recursos financeiros	 Capacidade de elaboração de projetos e planos de negócio que atendam às exigências dos financiadores; Habilidade em estabelecer e manter relações de confiança com os financiadores. 	 Falta de recursos humanos e materiais dedicados exclusivamente à prospecção de recursos financeiros; Falta de conhecimento acerca do funcionamento do mercado financeiro e dos mecanismos de captação de recursos; Falta de uma unidade responsável para identificar oportunidades de financiamento e fontes de recursos, seja por meio de editais, leis de incentivo ou parcerias com empresas e outras instituições; Falta de conhecimento dos mecanismos de prestação de contas e de transparência exigidos pelos órgãos de controle; Falta de articulação interna e alinhamento estratégico da instituição pública, dificultando a definição de prioridades e de projetos relevantes.



Macrofunção: planejamento, orçamento e modernização organizacional	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão do planejamento estratégico	 Acesso a dados e informações relevantes para a elaboração e monitoramento do planejamento estratégico; Tradição e reconhecimento da SEI como referência em planejamento e gestão; Autonomia e flexibilidade na tomada de decisões em relação à elaboração e execução do planejamento estratégico; Capacidade de articulação com outros órgãos e setores da administração pública para a consecução dos objetivos do planejamento estratégico. 	 Falta de uma unidade responsável pela gestão do planejamento estratégico na SEI; Falta de recursos humanos e financeiros adequados para a implementação do planejamento estratégico; Ausência de Plano Estratégico Organizacional (PEO); Dificuldade na elaboração do Plano de Trabalho Anual (PTA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG); Dificuldade em realizar a integração e alinhamento com outras políticas públicas setoriais; Limitações em relação à avaliação e monitoramento do planejamento estratégico, principalmente em relação aos resultados alcançados; Falta de capacitação e treinamento contínuo da equipe de gestão do planejamento estratégico em relação a novas metodologias e ferramentas de planejamento e gestão.
Gestão orçamentária	 Acesso a informações e dados atualizados sobre a situação financeira da SEI; Autonomia e flexibilidade na tomada de decisões em relação à alocação de recursos; Capacidade de elaborar e implementar planos orçamentários com eficiência e efetividade; Possibilidade de estabelecer parcerias com outras instituições públicas e privadas para obtenção de recursos. 	 Falta de uma unidade responsável pela modernização organizacional da SEI; Falta de capacidade de elaborar estruturas organizacionais claras e eficientes; Baixa capacidade de atrair e reter talentos com um plano de carreira e remuneração atraentes; Falta de recursos humanos e financeiros adequados para a implementação da estrutura organizacional; Dificuldade em manter a flexibilidade e adaptabilidade da estrutura organizacional em um ambiente de burocracia e rigidez; Limitações em relação à avaliação e monitoramento da efetividade da estrutura organizacional; Falta de capacitação e treinamento contínuo da equipe de gestão de pessoas em relação a novas metodologias e ferramentas de gestão organizacional.



Macrofunção: planejamento, orçamento e modernização organizacional	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
		Falta de uma unidade responsável pela modernização organizacional da SEI;
		Falta de capacidade de elaborar estruturas organizacionais claras e eficientes;
		Baixa capacidade de atrair e reter talentos com um plano de carreira e remuneração atraentes;
Modelagem de estruturas,		4. Falta de recursos humanos e financeiros adequados para a implementação da estrutura organizacional;
hierarquias, cargos e funções		Dificuldade em manter a flexibilidade e adaptabilidade da estrutura organizacional em um ambiente de burocracia e rigidez;
		6. Limitações em relação à avaliação e monitoramento da efetividade da estrutura organizacional;
		7. Falta de capacitação e treinamento contínuo da equipe de gestão de pessoas em relação a novas metodologias e ferramentas de gestão organizacional.
Gestão da estrutura de go- vernança	Acesso a informações e dados atualizados sobre a situação política,	Falta de uma unidade responsável pela governança da SEI;
	econômica e social do país e do estado da Bahia;	Falta de recursos humanos adequados para a implementação da governança
	Autonomia e flexibilidade na tomada de decisões em relação à governança pública da SEI;	pública; 3. Falta de conhecimento técnico especializado em gestão de governança;
	Possibilidade de estabelecer parcerias com outras instituições públicas e privadas para aprimoramento da governança pública.	Ausência de capacidade de estabelecer e implementar estratégias e planos de governança eficazes;
	governanya papateu.	5. Ausência de uma estratégia de governança da SEI.



Macrofunção: gestão estratégica	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão do portfólio de produ- tos e serviços	 Variedade de produtos e serviços oferecidos pela SEI, atendendo a diferentes demandas da sociedade; Capacidade de inovação e adaptação às mudanças do mercado e das necessidades da sociedade; Estabelecimento de parcerias estratégicas com outras instituições e empresas, visando à ampliação do portfólio. 	 Falta de uma unidade responsável pela gestão do portfólio de produtos e serviços da SEI; Falta de clareza na definição das prioridades e objetivos do portfólio, o que pode levar à dispersão de esforços e recursos em projetos pouco relevantes; Dificuldade na comunicação e divulgação dos produtos e serviços, o que pode comprometer a sua efetividade e impacto na sociedade; Insuficiência de recursos financeiros para investimento em novos produtos e serviços ou para a melhoria dos já existentes; Falta de responsáveis pela gestão do portfólio, o que pode dificultar o alinhamento de estratégias e a tomada de decisões; Baixa capacidade de monitoramento e avaliação dos resultados dos produtos e serviços oferecidos, o que pode limitar a identificação de oportunidades de melhoria e a correção de eventuais problemas.
Gestão do portfólio de proje- tos e processos	 Possibilidade de alinhar os projetos e processos às metas e objetivos estratégicos da organização; Potencial para promover a melhoria contínua dos processos e a inovação nos projetos; Possibilidade de alocar de forma eficiente os recursos disponíveis para os projetos e processos prioritários. 	 Falta de uma unidade responsável pela gestão do portfólio de projetos e processos da SEI; Baixa capacidade de identificar, priorizar e gerenciar projetos e processos críticos para o sucesso da organização; Possibilidade de alocação ineficiente de recursos, se houver má gestão do portfólio; Dificuldade em promover a inovação em projetos e processos; Pode haver conflitos de interesse entre unidades organizacionais na alocação de recursos para projetos e processos; Possibilidade de falta de integração entre os projetos e processos, se houver falta de comunicação e coordenação adequadas.



Macrofunção: gestão estratégica	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão de riscos	Identificação e análise prévia de potenciais riscos, permitindo que a instituição tome medidas preventivas para minimizar seus impactos.	 Falta de uma unidade responsável pela gestão de riscos na SEI; Falta de cultura de gestão de riscos dentro da instituição, o que pode prejudicar a identificação e análise adequada de potenciais riscos; Dificuldade em manter uma equipe qualificada e dedicada exclusivamente à gestão de riscos; Falta de integração da gestão de riscos com outras áreas da instituição, o que pode limitar sua eficácia.
Monitoramento e avaliação da estratégia		 Falta de uma unidade responsável pelo monitoramento e avaliação na SEI; Falta de recursos humanos adequados para a implementação do monitoramento e avaliação; Falta de definição de indicadores claros e objetivos; Falta de recursos e capacidades para realizar monitoramento e avaliação de forma efetiva; Falta de cultura de avaliação na SEI, o que pode prejudicar sua implementação e uso efetivo.



Macrofunção: transformação digital e inovação	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Governança digital	 Compromisso da alta direção com a transformação digital; A SEI dispõe de alguma capacidade técnica e conhecimento especializado em TIC e em ciência de dados; A função de governança digital está alinhada com os objetivos estratégicos da SEI. 	 Falta de uma unidade responsável pela governança digital na SEI; A função de governança digital não possui políticas e diretrizes estabelecidas; A função de governança digital possui uma baixa maturidade em termos de processos digitais; Falta de padronização na utilização dos canais sociais; Ausência de um plano de dados abertos na SEI.
Gestão da transformação digital (estratégia, maturidade digital, plataformas e APIs, tecnologias emergentes)	 A SEI possui uma equipe de profissionais capacitados em tecnologia da informação e comunicação; Há um comprometimento da alta gestão de investir em transformação digital para melhorar a eficiência e a efetividade dos serviços prestados; A instituição já possui alguns sistemas informatizados que automatizam processos e atividades; Existe uma cultura organizacional favorável à inovação e busca por soluções tecnológicas. 	 A infraestrutura de tecnologia da informação precisa ser atualizada e melhorada para suportar as novas demandas digitais; Falta de integração entre os sistemas informatizados já existentes, o que dificulta a automatização de processos e a coleta de dados para tomada de decisão; Falta de capacitação de alguns servidores em relação ao uso de tecnologias e sistemas informatizados; Dificuldade em lidar com questões relacionadas à segurança cibernética e proteção de dados; A SEI não possui parcerias com empresas de tecnologia e universidades para desenvolvimento de soluções digitais.
Gestão da inovação com dados (inteligência artificial, análise de dados, dados abertos e compartilhados, governança de dados)	 Presença de uma equipe especializada em análise de dados; Uso de tecnologias modernas e avançadas para a análise de dados; Foco na inovação e busca por soluções criativas e efetivas para os desafios da SEI; Há um comprometimento da alta gestão em desenvolver uma cultura organizacional voltada para a valorização da análise de dados e da inovação. 	 Disponibilidade limitada de recursos financeiros para investimento em tecnologia e treinamento de pessoal; Pouca integração entre as áreas da instituição e a equipe de análise de dados; Falta de padronização e qualidade nos dados coletados, o que dificulta a análise e a obtenção de insights relevantes; Ausência de metodologias claras e bem definidas para a análise de dados; Falta de capacitação técnica de alguns profissionais da instituição em relação à análise de dados.



Macrofunção: transformação digital e inovação	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão do portfólio de ino- vação	 Há um comprometimento da alta gestão em alçar a SEI à condição de Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação. 	 Ausência de uma política de inovação na SEI; Falta de clareza na definição dos critérios de avaliação e priorização dos projetos de inovação; Insuficiência de recursos financeiros para investimento em projetos
		considerados prioritários; 4. Dificuldade de mensuração dos benefícios gerados pelos projetos de inovação.
controle social		
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	Disponibilidade de canais de atendimento diversos, como telefone,	Falta de monitoramento e análise constante da qualidade do atendimento;
Gestão do atendimento aos usuários de serviços públicos	e-mail, chat on-line e presencial.	Falta de investimento em programas de capacitação e treinamento para melhorar a qualidade do atendimento ao público;
		Falta de padronização nos processos de atendimento, resultando em experiências distintas entre os usuários.
		Ausência de política de integridade pública;
Gestão da transparência ativa		Falta de cultura de transparência na SEI, o que pode dificultar a implementação de práticas de transparência ativa;
		Dificuldade de acesso à informação por parte dos cidadãos.
Acesso à informação		Falta de padronização no processo de disponibilização das informações;
		Ausência de serviços cadastrados no "Guia de Serviços" que reúne os serviços públicos prestados pelo governo do estado da Bahia.
Gestão de dados abertos		Ausência de política de dados abertos na SEI.



Macrofunção: controle interno	Anális	se interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão de auditorias e fisca- lizações	 Fiscalização e apuração de possíveis irregularidades em todos os processos que envolvem recursos financeiros da SEI; Atendimento das demandas da Auditoria-Geral do Estado (AGE) dentro dos prazos; Apoio da alta administração na implementação das medidas de controle interno. 	 Ausência de estrutura organizacional responsável pelo Controle Interno na SEI; Falta de planejamento e programação de auditorias e fiscalizações; Baixa capacidade de identificação de áreas e processos críticos e vulneráveis à ocorrência de fraudes e irregularidades; Ausência de auditorias e fiscalizações, por meio de análises documentais, entrevistas, visitas in loco e outros procedimentos; Ausência de relatórios de auditorias e fiscalizações, com identificação de não conformidades e recomendações para correção e melhoria dos processos.
Corregedoria administrativa	Fiscalização e apuração de possíveis irregularidades e desvios de conduta dos servidores públicos da SEI.	 Ausência de estrutura organizacional responsável pelo controle interno na SEI; Ausência de políticas e programas de corregedoria; Falta de orientação e capacitação dos servidores públicos sobre ética e integridade no serviço público; Ausência de promoção de ações de prevenção e combate à corrupção; Falta de elaboração de relatórios e estatísticas sobre as atividades realizadas.
Gestão da integridade e da ética pública		Falta de padronização no processo de disponibilização das informações; Ausência de serviços cadastrados no "Guia de Serviços" que reúne os serviços públicos prestados pelo governo do estado da Bahia.
Gestão de dados abertos		Ausência de políticas e programas de integridade; Falta de capacitação e treinamento de servidores públicos e gestores da SEI sobre temas relacionados à integridade e à gestão pública.
Ouvidoria	1. Existência de servidores da SEI designados ao recebimento de demandas, sugestões, elogios e reclamações dos cidadãos; 2. Capacidade de análise, registro e encaminhamento das demandas para as áreas responsáveis.	Ausência de monitoramento e acompanhamento das respostas dadas aos cidadãos; Falta de ações de transparência e comunicação com a sociedade.



(conclusão)

Macrofunção: assessoria técnica	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	 Assegura o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis à SEI; 	A falta de equipe compromete a qualidade do assessoramento técnico;
Assessoramento técnico	Oferece aconselhamento e orientação aos gestores e colaboradores da	A atuação do setor pode ser vista como restritiva e limitadora em determinados
Análise jurídica de normas,	SEI, prevenindo possíveis problemas legais;	casos.
atos e contratos administra- tivos	Garante a defesa dos interesses da SEI em processos judiciais e administrativos;	
Gestão de contratos e convenios	 Contribui para a tomada de decisões mais conscientes e embasadas em questões legais; 	
	Proporciona maior segurança e credibilidade às atividades	
Solução de litígios adminis-	desenvolvidas pela SEI;	
trativos	 Importante canal de comunicação entre a SEI e órgãos regulatórios ou judiciários. 	



(continua)

Macrofunção: gestão de TIC	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	1. Apoio da alta administração na implementação da governança de TIC;	Ausência de uma política de governança de TIC na SEI;
Governança de TIC	Equipe comprometida com os objetivos da instituição.	Escassez de recursos financeiros e humanos para a implementação da governança de TIC;
		3. Ocorrência de demandas não planejadas, interferindo na priorização.
	 Capacidade de planejar e adquirir soluções de tecnologia que atendam às necessidades da SEI; 	Escassez de recursos financeiros e humanos para a contratação de bens e serviços de TIC;
Contratação de bens e servi- ços de TIC	Capacidade de buscar fornecedores com maior especialização técnica e de mercado;	Lentidão no processo de contratação, que pode levar a atrasos na entrega das soluções de TIC;
	Controle sobre a qualidade dos produtos e serviços adquiridos, garantindo maior eficiência no uso da tecnologia;	3. A existência de demandas que possuem uma restrição significativa de fornecedores/prestadores de serviço, impactando na cotação e no atendimento
	4. Existência de plano de contratação de bens e serviços de TIC na SEI.	aos critérios de competitividade das modalidades de contratação.
	1. Utilização de <i>softwares</i> e tecnologias livres e/ou gratuitas;	Dificuldade na capacitação dos técnicos em novas tecnologias;
Desenvolvimento de sistemas	Amadurecimento das regras de negócio junto ao solicitante, resultando	Tecnologias difusas dificultando a apropriação do conhecimento técnico;
de informação e automatiza- ção de processos	em produtos com ótimo alinhamento com as necessidades;	Dificuldades nas interações com os demandantes quanto ao tempo
	Priorização para adoção de soluções existentes, evitando diversos problemas na fase de manutenção.	necessário para os compromissos.



Macrofunção: gestão de TIC	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	Equipe técnica empenhada e experiente para gerenciar a infraestrutura e redes de TIC.	Escassez de recursos financeiros e humanos para a gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC, causando sobrecarga na equipe existente;
		Ausência de políticas claras e bem definidas para a gestão de infraestrutura de TIC, incluindo padrões de segurança e governança;
		Infraestrutura de TIC está parcialmente obsoleta, com equipamentos e sistemas que não atendem às necessidades atuais da SEI;
Gestão de infraestrutura tecnológica e redes de TIC		4. Falta de investimentos em renovação e atualização tecnológica no volume adequado, o que pode levar a falhas operacionais e atrasos em processos internos;
		5. Dependência de fornecedores externos para manutenção e suporte técnico, o que pode causar vulnerabilidades de segurança e perda de controle sobre a infraestrutura de TIC;
		Dificuldades em manter a integração entre as diversas redes de TIC da SEI, o que pode prejudicar a comunicação interna e o compartilhamento de informações;
		7. Infraestrutura de contingência deficiente;
		Adoção de recursos avançados (<i>big data</i> , supercomputador etc.) de forma incremental ao existente, sem o conhecimento técnico necessário.
Suporte técnico, operacional e	1. Equipe engajada e com conhecimento técnico para atender às demandas dos usuários nos níveis de menor complexidade (nível 1 e nível 2), no tocante a hardware e software.	Falta de ferramenta para gestão do suporte aos usuários (abertura de chamados, acompanhamento e avaliação do atendimento), apesar de iniciativas fracassadas no passado;
serviços de TIC		Ausência do suporte nível 3 (atendimento por profissionais especializados para tratar dos problemas de maior complexidade).



Macrofunção: gestão do conhecimento	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	Conhecimento da história e das atividades da SEI;	Falta de estratégia e de planejamento para a gestão da memória institucional;
	Conhecimento sobre as normas e procedimentos para a gestão de arquivos e documentos;	Falta de recursos humanos e materiais dedicados exclusivamente à função de gestão da memória institucional;
Gestão da memória institu- cional	Habilidade em coletar, organizar e gerenciar documentos e informações importantes para a memória institucional;	3. Falta de habilidade em trabalhar com tecnologias e ferramentas que facilitam o gerenciamento de documentos e informações;
	4. Capacidade de promover e valorizar a história da SEI;	4. Dificuldade em preservar e conservar documentos e informações importantes;
	 Capacidade de produzir publicações e outros materiais que divulguem a história e as atividades da SEI. 	 Falta de uma cultura institucional de valorização da história e das atividades da SEI.
		Falta de uma unidade responsável pela gestão documental da SEI;
		Falta de conhecimento das normas e procedimentos para a gestão documental;
		Falta de estratégia e de planejamento para a gestão documental;
		 Falta de recursos humanos e materiais dedicados exclusivamente à função de gestão documental;
		 Inexistência de tecnologias e ferramentas que facilitem o gerenciamento de documentos;
Gestão documental		Dificuldade em garantir a integridade e a autenticidade dos documentos gerenciados;
		7. Dificuldade em garantir a acessibilidade dos documentos a todos os usuários que necessitam deles;
		8. Falta de capacidade de identificar documentos sigilosos e aplicar medidas de segurança para a sua proteção;
		 Falta de uma cultura institucional de valorização da gestão documental como uma atividade estratégica para a SEI;
		10. Falta de padronização dos documentos produzidos na SEI.



Macrofunção: gestão do conhecimento	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	1. Utilização de <i>softwares</i> e tecnologias livres e/ou gratuitas;	Falta de uma unidade responsável pela gestão do conhecimento na SEI;
	Amadurecimento das regras de negócio junto ao solicitante, resultando	Ausência de profissionais dedicados ao gerenciamento do conhecimento;
	em produtos com ótimo alinhamento com as necessidades; 3. Priorização para adoção de soluções	Falta de habilidade na utilização de ferramentas tecnológicas avançadas para a gestão de dados e informações;
Gestão do conhecimento	existentes, evitando diversos problemas na fase de manutenção.	Ausência de programas de capacitação para os funcionários em relação à gestão do conhecimento;
		 Falta de habilidade na utilização de técnicas de gestão do conhecimento para aprimorar as práticas de gestão de projetos;
		6. Ausência de um sistema de compartilhamento de informações e conhecimentos entre os diferentes setores da organização;
		7. Falta de uma cultura organizacional voltada para o compartilhamento de informações e conhecimentos;
		Falta de integração entre os diferentes setores da SEI, dificultando o compartilhamento de conhecimentos;
		9. Ausência de políticas claras para a gestão do conhecimento, o que pode levar a uma falta de direção e foco.



Macrofunção: gestão do conhecimento	Análise interna	
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
	Utilização do protocolo HTTPS (que estabelece um canal de comunicação seguro com o cliente) nos sites institucionais;	Baixo investimento em tecnologias e capacitação de profissionais especializados em segurança da informação e comunicações;
	Existência de serviço de autenticação de e-mail e acesso à rede;	Falta de políticas e procedimentos de segurança da informação;
	Existência de política de backup e recuperação padrão Prodeb, adotada por diversos órgãos do estado.	Falta de conhecimento dos usuários e gestores com as políticas e medidas de segurança;
		4. Falta de integração e coordenação entre as áreas responsáveis pela segurança da informação e comunicações;
		Dificuldade em identificar e responder rapidamente a incidentes de segurança;
Gestão da segurança da infor- mação e das comunicações		6. Baixa capacidade de proteção dos dados e informações sensíveis da SEI e de seus usuários;
		7. Alta vulnerabilidade a ameaças cibernéticas, como ataques de hackers, vírus e malwares;
		8. Implementação parcial de medidas de segurança, tais como criptografia (de arquivos);
		9. Ausência de conscientização e treinamento dos usuários sobre práticas seguras de uso da informação e comunicações;
		10. Descumprimento das normas e leis relacionadas à segurança da informação e comunicações, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI).



Macrofunção: gestão de pessoas	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Planejar a necessidade de	1. Apoio da Diretoria-geral.	Alta rotatividade de servidores em cargo comissionado;
pessoal		2. Aposentadoria dos servidores efetivos;
		3. Salários incompatíveis com o mercado.
	Realização de concurso público para provimento do quadro de efetivos;	Dependência de órgãos da administração (SAEB) e Casa Civil;
Gerenciar recrutamento e seleção de pessoas	2. Realização de processo seletivo REDA.	Dificuldade de aproveitar estagiários de bom rendimento após o término do período de estágio;
		3. Dificuldade de retenção de pessoal;
		4. Baixo nível de remuneração de pessoal.
	1. Parceria com a SAEB através da	1. Criar comissão da SEI;
Gerenciar o desempenho de	Comissão Técnica de Gerenciamento e Desenvolvimento de Pessoas:	2. Rotatividade da comissão interna;
pessoas	Comissão de Avaliação por Desempenho Funcional da SEI.	3. Profissionais desmotivados.
	Plano Anual de Capacitação (PAC);	Excesso de burocracia para contratar
Desenvolver pessoas	2. Corpo técnico especializado;	terceiros quando não temos instrutores
Descrivotver pessous	3. Formação de instrutores.	internos;
		2. Profissionais desmotivados.
Promover a gualidade de vida	Interesse da Diretoria-Geral;	Falta de política de pessoal que abranja essa temática no estado;
e a saúde no trabalho	2. Interesse dos servidores.	Entraves para a contratação desses serviços.
Administrar sistemas de	1. Conhecimento do sistema;	Mudanças pelo administrador (SAEB)
informação de pessoal	2. Capacitações.	que às vezes não são informadas ao corpo técnico.
	Apoio nas atividades das diretorias e coordenações;	Alterações nos planejamentos de compras;
Planejamento das aquisições e contratações	2. Redução de custos de aquisições.	Itens não existentes no catálogo do Simpas;
		Burocracia no cadastro de novos itens (SAEB).
	Apoio às diretorias; Interesses dos colaboradores;	Dependência de órgãos da administração (SAEB);
Gestão da aquisição de bens	Parceria com órgãos da esfera do	2. Baixa qualidade dos produtos fornecidos;
e serviços	governo, por meio de registro de preços.	Limitações nas descrições dos produtos cadastrados;
		Reduzido número de fornecedores cadastrados.
Gestão de serviços internos e de infraestrutura	Interesse da Diretoria-Geral; Orçamento existente para as reformas.	Dependência de órgãos externos (SAEB/ Supat);
	2. Or garrier to existence para as reformas.	Estrutura física da sede carente de revitalização;
		3. Ausência de elevador de carga;
		4. Deficiência na rede interna e na disponibilização da rede de internet sem fio.



(conclusão)

Macrofunção: gestão de pessoas	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão logística de suprimen- tos e materiais	Atendimento de demandas dentro do prazo e na qualidade solicitada; Modernização dos instrumentos de controle de estoque.	 Espaço reduzido do almoxarifado; Dificuldades na obtenção de tecnologia adequada para gestão de estoque; Limitação de funcionários; Necessidade de treinamento.
Gestão de bens e patrimônio	Atendimento das demandas de mobiliários e equipamentos adequados aos postos de trabalho.	 Bens móveis velhos e inadequados; Ajustes contínuos de <i>layout</i>; Falta de espaço; Limitações nas descrições dos produtos cadastrados.
Gestão de bens imóveis	 Gerenciamento de espaços da SEI ou sob a responsabilidade da superintendência; Cumprimento das legislações pertinentes à função. 	 Estruturas carentes de revitalização; Espaços com layout inadequado; Distância do imóvel de propriedade da SEI em Brasília, o que dificulta um bom gerenciamento.
Macrofunção: gestão financeira, contábil e de custos	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Gestão financeira e contábil	Equipe comprometida com os prazos de pagamentos, declarações mensais e impostos.	Dependência de autorização da Sefaz para liberação de concessão financeira.
Gestão de custos	Acompanhamento de controle do orçamento disponível.	Falta de alinhamento entre as áreas finalísticas com o setor financeiro.
Gestão das transferências		
Prestação de contas	 Agilidade na distribuição das informações a serem coletadas para as áreas responsáveis; Recepção, análise, correção e formatação das informações agrupadas; Transmissão em tempo hábil da prestação de contas. 	1. Atraso na entrega das informações pelas áreas responsáveis.



(continua)

Análise interna da SEI segundo grupo de funções da SEI - Macroprocessos finalísticos

Macrofunção: finalística	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Realização de pesquisas e estudos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social da Bahia	 Equipe técnica capacitada para realizar pesquisas e estudos estratégicos; Equipe técnica com perfil interdisciplinar; Linhas de pesquisas aderentes às demandas do estado; Existência de parcerias, acordos e convênios interinstitucionais; Formação de redes colaborativas entre a SEI e seus parceiros; Geração de conhecimentos confiáveis e que gozam de credibilidade socioinstitucional. 	 Insuficiência quantitativa e qualitativa de pessoal; Mudanças políticas; Alta rotatividade da equipe técnica; Evasão de capital intelectual; Dificuldade de captação de recursos para a realização de estudos e projetos mais complexos; Baixo incentivo à participação do corpo funcional em eventos ligados aos temas trabalhados; Necessidade de maior fundamentação teórico-metodológica dos estudos e projetos desenvolvidos.
Gestão de informações esta- tísticas e geográficas da Bahia	 Equipe técnica capacitada para atuar nas áreas de cartografia, geoprocessamento, recursos naturais e ambientais e limites territoriais; Conhecimento consolidado em cartografia de referência em médias escalas; Conhecimento consolidado em cartografia temática, notadamente no mapeamento do uso e cobertura das terras; Conhecimento consolidado em limites territoriais (estaduais, municipais e distritais); Disponibilidade de bons equipamentos (computadores); Existência de política de substituição gradual de equipamentos. 	 Insuficiência quantitativa e qualitativa de recursos humanos; Dificuldade de aproveitar estagiários de bom rendimento após o término do período de estágio; Nível de remuneração de pessoal incompatível com os valores de mercado; Dificuldade de retenção de pessoal; Profissionais desmotivados.



(conclusão)

Análise interna da SEI segundo grupo de funções da SEI - Macroprocessos finalísticos

Macrofunção: finalística	Anális	e interna
Funções	Pontos fortes	Pontos fracos
Divulgação de informações técnico-científicas	 Disponibilização de revistas técnicocientíficas para promover a divulgação ampla e efetiva das informações; Credibilidade e confiança da sociedade na SEI; Existência de parcerias estratégicas com instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e outras entidades relevantes para ampliar o alcance da divulgação técnico-científica e enriquecer o conteúdo disponibilizado; Alta penetração no público-alvo; Equipe qualificada para atuar na geração e disseminação de informações, embora reduzida diante do volume das demandas. 	 Conceito das publicações da SEI no Qualis Periódicos da Capes; Utilização inadequada do site e das redes sociais para alcançar diferentes públicos; Dificuldades na segmentação de público; Falta de uma política visando à prevenção dos riscos emergentes envolvendo a segurança da informação e os riscos tecnológicos; Ausência de profissionais com formações ou qualificações específicas em comunicação digital para potencializar a divulgação/comunicação institucional; Equipe reduzida diante do volume das demandas (RH).
Assessoramento governa- mental	 Equipe de profissionais com expertise e conhecimento especializado em políticas públicas; Acesso a informações privilegiadas e a fontes de dados confiáveis; Existência de networking e relacionamento institucional; Credibilidade e confiança. 	 Ausência de uma Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) na instituição; Equipes com formação ou qualificação muito aquém das necessidades relacionadas ao assessoramento governamental em graus de complexidade, autonomia e responsabilidade; Ausência de um profissional específico para dar assessoramento aos diretores nesse âmbito do assessoramento governamental; Influência limitada na implementação das políticas; Excesso de demanda em relação a capacidade de atendimento.

